

Capítulo 3

O antimonarquismo e o medo à mudança: o segundo momento de oposição

Quem tiver acompanhado cuidadosamente a politica frouxa, cheia de dubiedades, do actual governo, quem tiver observado a fraqueza incomprehensivel do bacharel Prudente de Moraes ante os elementos subversivos da corrupta e decrépita monarchia, que conspiram no adyto do Itamaraty, quem tiver notado a incapacidade politica administrativa de S. Ex. – há de, forçosamente, sentir-se desolado e acabrunhado ante a incúria criminosa com que descuida S. Ex. da fortificação da Republica!

S. Ex. sobre cujos hombros pesa grande responsabilidade do glorioso advento de 15 de Novembro; S. Ex., eleito directo do partido florianista, depositário da integridade republicana, zelador, como chefe da Nação, dos brios nacionaes, pelos seus actos de ineptia ou pela sua inercia tornou-se incompatível com o cargo que exerce, tornou-se immerecido de confiança do povo, porquanto S. Ex. desmentindo o seu passado republicano, trahindo o seu mandato, abrigou á sombra do pavilhão republicano essa monstruosidade, - a monarchia, que cresce e flore com a cumplicidade de S. Ex.

*D'ahi o descontentamento de uns e a desconfiança de outros, d'ahi o ressurgimento da propaganda monarchica, que, parece-nos, contaminar o espirito fraco de S. Ex., responsável segundo a constituição por todos os males que ora nos atrophiam, mas irresponsável pelo seu temperamento doentio e 'prudente'...*¹²³

*A propaganda restauradora aqui não tem a importância que lhe atribuem para seus fins – os inconsoláveis da passada legalidade que pretendem ressuscita-la para salvar a República. [...] Parece que a Republica só tinha a lucrar na discussão pela imprensa – com os monarchistas, desde que a estes concedessem a liberdade de imprensa nos limites legais, como prometeram os clubes em seu manifesto. Não faltariam republicanos para se baterem na imprensa contra a propaganda monárquica. Seria isso prova de que a República sentia-se forte e segura – e que não se arreceiava de tornar efetivas as liberdades e garantias constitucionais – mesmo aos seus adversários. [...] A restauração não conta com a opinião e nem com a força armada e sabe que atualmente cada Estado será um centro de resistência, por isso nada poderá fazer mais contra a República. Os restauradores só contam com o auxilio eficaz, embora inconsciente, dos partidários da intolerância, da desunião, do ódio insaciável da guerra de extermínio em nome... da República.*¹²⁴

Ao interpretarem as resoluções governamentais relacionadas às forças militares e aos corpos patrióticos e perceberem que Prudente de Moraes não se constituía em um

¹²³ Agricio Camargo, 'Deposição moral', *O Nacional*, 24/03/1896, n. 154, capa.

¹²⁴ Prudente de Moraes em carta enviada a Bernardino de Campos datada de 24/03/1896. *Apud* M. de L. M. Janotti, *Os Subversivos da República*, pp. 113- 114.

herdeiro político de Floriano Peixoto, os ‘Tiradentes’ e os jacobinos sectários de Martyr passaram a buscar evidenciar aos seus leitores o ‘princípio explicativo’ para a sua “política de conciliação” ou, conforme se exprimiam com mais frequência, “política de reacção”.

Desde dezembro de 1894, ou seja, após as primeiras medidas governamentais relacionadas às pastas militares, os textos político-discursivos destes publicistas, principalmente de Deocleciano Martyr e seus sequazes, começaram a ser pontuados por expressões relacionadas ao vocábulo *bacharelismo*. Desde então, tais formas lexicais, como *bacharel* e *bacharelize*, passaram a demarcar o seu repertório lingüístico, sendo apropriadas e empregadas de acordo com as versões que construíam e registravam para os acontecimentos da conjuntura política que lhes motivavam a mobilização.¹²⁵

Identificando-se analiticamente o termo *bacharelismo* como um conceito, verifica-se que, ao ser re-significado e re-expresso por estes publicistas, foi disposto como o ‘princípio explicativo’ da “política de reacção” efetuada pelo presidente civil.

O vocábulo *bacharelismo* assumiu uma tríade de conotações no discurso jornalístico dos ‘jacobinos’, cujas acepções mantinham vinculações entre si, assumindo uma ou outra o relevo em suas exposições de acordo com as avaliações dos acontecimentos que lhes estimulavam o emprego.

Um dos sentidos relacionava a expressão lingüística ao que estes contendores políticos designavam como o governo dos “casacas” ou dos *civis*. O termo era disposto, nesta chave explanatória, como a antítese do *militarismo*, ou seja, do regime governamental em que exercia o posto máximo da nação um representante da corporação militar seguido por numerosos outros militares que ocupavam altos cargos na administração política.¹²⁶

¹²⁵ Na verdade os substantivos ‘bacharelada’, ‘bacharelado’ e ‘bacharelize’, bem como o verbo ‘bacharelar’, originam-se, evidentemente, de ‘bacharel’, segundo o *Diccionario contemporâneo da lingua portuguesa* de F. J. Caldas Aulete, editado em Lisboa em 1881. Segundo este, etimologicamente o vocábulo ‘bacharel’ remonta ao latim ‘Bacia + laurus’, que significava ‘coroado de loiros com bagas’. Por seu lado, o *Novo diccionario da lingua portuguesa* de C. de Figueiredo – o único dos consultados que admite a formação vocabular ‘bacharelismo’, como sinônimo de bacharelize (costume de falar à toa) –, editado em Lisboa em 1913, afirma que a palavra ‘bacharel’ vem do francês ‘bachalier’ e do latim ‘baccalaureus’. A análise de dicionários editados em contextos geográficos diversos, sobretudo em Lisboa, fez-se necessária por serem os únicos disponíveis para o contexto histórico examinado e para as décadas que o antecederam e sucederam.

¹²⁶ Os dicionários da época registram para os termos ‘militar’, ‘militarismo’ e ‘civil’ significados idênticos aos registrados pelos dicionários atuais. Acredita-se que a referência à lexicologia não se encontra em desacordo com os pressupostos do pragmatismo lingüístico, isto é, com a noção de que os significados das formas lingüísticas são determinados pelos seus empregos e entendimentos intersubjetivos. Concebe-se os dicionários menos como prescrições normativas em relação ao emprego e definição dos significados dos vocábulos do que como listagens descritivas dos empregos e significações consagrados às palavras e locuções pelo seu uso,

Os ‘jacobinos’, como demonstrado, não haviam se preocupado com as possíveis mudanças de diretrizes na ordem governamental assim que o eleito do “povo” ascendesse à chefia do Executivo federal porque acreditavam que Prudente de Moraes, mesmo sendo um civil, seria o continuador da orientação política traçada pelo Marechal Floriano Peixoto. Ao serem efetivadas pelo novo governo as primeiras medidas administrativas relacionadas às forças armadas e aos batalhões patrióticos, não obstante, logo atentaram para esta característica do novo presidente, à qual passaram a conferir, gradualmente, pronunciado destaque.¹²⁷

Entretanto, assim como o predicado civil de Prudente não havia despertado nenhuma desconfiança por parte dos agentes analisados em relação ao seu exercício presidencial antes que este fosse investido no cargo, este não era o sentido de *bacharelismo* que, em seu juízo, explicava as suas resoluções administrativas reacionárias. Ainda assim, a apropriação do sentido de ‘civilismo’ para o termo *bacharelismo* primava sobre os outros sentidos quando se tratava de contrapô-lo ao *militarismo*, que havia caracterizado sobremaneira o exercício presidencial do Marechal Floriano e ao qual os jacobinos não se furtavam à defesa perante os ataques dos jornalistas que pelejavam em campo oposto.¹²⁸

viabilizados, por certo, pelo recurso a verificações semióticas ou morfológicas de certo modo ‘tradicionais’. Por este motivo, procedeu-se ao exame de dicionários publicados antes e depois da delimitação cronológica estudada, apesar de se reconhecer que se trata de um procedimento metodológico controverso entre os estudiosos da história dos conceitos, das linguagens políticas, dos discursos políticos e das ações discursivas. M. Ritcher destaca que uma das descobertas do dicionário alemão de conceitos políticos foi sinalizar o pouco grau de confiabilidade das informações sobre os termos políticos e sociais fornecidas pelos dicionários nacionais, *loc. cit.*, p. 41. Acredita-se, todavia, que os termos analisados não podem ser entendidos propriamente como políticos até que sejam investigados os seus empregos e significados acionados por determinados agentes sociais em um contexto histórico e geográfico delimitado. Pressupõe-se que a temática abordada neste trabalho apresenta peculiaridades, inclusive em termos dos agentes sociais investigados e ao meio comunicativo empregado de manifestação e desempenho discursivos, em relação aos estudos empreendidos com base nas metodologias analíticas das linguagens e dos discursos políticos. Por fim, a referência aos significados ‘convencionais’ de determinados vocábulos atende ao objetivo de apontar sucintamente as ‘permanências’ e ‘modificações’ efetuadas pelos ‘jacobinos’ em suas mobilizações de palavras pertencentes a um arcabouço lingüístico existente, respondendo assim ao propósito de investigar os sentidos peculiares ou não atribuídos a alguns vocábulos sintaticamente, de acordo com as intencionalidades dos redatores, no interior de suas proposições expressas através de seus discursos.

¹²⁷ ‘Militarismo e bacharelismo’, *O Jacobino*, 08/12/1894, n. 24, p. 2.

¹²⁸ A interpretação de que o governo de Floriano havia sido não apenas militarista como também autoritário, ditatorial e sanguinário era constante nas colunas e seções da *Gazeta de Notícias*. Este era um dos motivos de regozijos de seus redatores com a iminente ascensão do governante civil, pois esperavam ver inaugurada por este chefe de Estado uma nova “era” no país, a da paz e do conagraamento entre compatriotas e irmãos. Constituíam-se também em uma das vias de críticas aos partidários do governo do Marechal Floriano, ainda que não apenas e diretamente aos ‘jacobinos’, pois estes articulistas argumentavam que os ‘florianistas’ desejavam a prorrogação do militarismo no país para que não fossem investigadas as “barbaridades” cometidas nos campos de batalhas, principalmente as degolações, mutilações e esquartejamentos, durante as

O segundo sentido atribuído ao *bacharelismo* relacionava-o à formação universitária e, especialmente, em direito. Esta acepção foi levemente re-adaptada e re-significada pelos ‘jacobinos’ em decorrência de suas conversas e trocas de idéias com os alunos da Escola Militar, com os quais prosseguiram em contatos após o término do combate à revolta da Armada, como ressaltado, e em defesa dos quais tomavam a pena quando os julgavam injustiçados e indevidamente punidos pelo governo civil.¹²⁹

Este sentido assumia proeminência quando os ‘jacobinos’ se referiam a Prudente de Moraes assinalando a sua formação em direito na Academia de S. Paulo. Nas entrelinhas de seus artigos e matérias manifestavam o descontentamento por não possuírem um título universitário de modo a legitimar as suas opiniões emitidas através da imprensa. A ausência do grau de estudo superior, outorgante de prestigioso *status* em uma sociedade pouco letrada, era contrabalançada, retoricamente, pela experiência dos serviços espontaneamente prestados nos campos de batalha. A sua atuação como voluntários era apresentada como o atestado de consentimento de emissão das suas opiniões na arena jornalística de modo tão legítimo como os letrados das folhas adversas com os quais porfiavam. Em acréscimo, a origem humilde e a escassez de estudos eram apontadas pelos ‘jacobinos’ como a prova de que vivenciavam as agruras do “povo” e, portanto, tinham conhecimento empírico do grau de sofrimento de grande parte da população brasileira, o que sedimentava retoricamente a sua posição de *vox populi*. Justamente era esta vivência humana e dimensão prática que apontavam faltar aos *bacharéis*, perdidos em meio aos devaneios teóricos e às comodidades da vida serena. Aos excessos de teorizações

expedições de combate aos federalistas. Este juízo, de que todas as atrocidades cometidas nesta guerra civil deviam-se à vigência de um regime militarista, abrandou-se quando se iniciou a presidência civil. Após a morte de Saldanha da Gama, no combate de Campo Osório, em 24 de junho de 1895 – acutilado pela lança de um castilhistas, objeto que em outubro entrou em exposição na sala de redação de *O Jacobino*, tendo sido depois recolhido ao museu do Club dos Jacobinos –, os jornalistas deste diário, especialmente Ferreira de Araújo, voltaram a se referir às crueldades cometidas pelas forças militares, todavia, agora defendiam, mais do que a punição aos “degoladores”, a necessidade de pacificação do Sul do país.

¹²⁹ C. Castro, ao analisar a oposição de jovens militares “científicos” aos bacharéis em direito, principalmente durante a década de 1880, esclarece que “a cultura associada à importância do título de bacharel – o bacharelismo – foi introduzida no Brasil já no século XVI pelos jesuítas, embora só viesse a florescer e predominar no século XIX. [...] O conteúdo mais ‘técnico’ do ensino militar diferenciava-se claramente da educação centrada nos ‘estudos clássicos’ dos bacharéis das escolas de direito e medicina do Império. Era, por isso, considerado pela elite um tipo de conhecimento inferior, embora, como já vimos, os militares formados pela Escola Militar invertissem essa avaliação”, *op.cit.*, p. 55. Ao analisar o interesse despertado pela doutrina positivista entre os alunos militares, o autor aponta como as causas a “importância que atribuía à matemática e às ciências”, a “oposição tenaz ao espírito legista encarnado idealmente pelos bacharéis em direito” e o “lugar de destaque reservado à nova elite científica no estado positivo que se avizinhava”, *op. cit.*, p. 67.

corresponderia a inabilidade para as ações. Ao costume do palavreado correlacionar-se-ia a ausência de aptidão prática.¹³⁰

O terceiro sentido de *bacharelismo*, ao referir-se também ao ‘domínio do palavrório’, relacionava-se com o segundo, embora deste se distinguisse pelas suas conseqüências. Não somente os bacharéis dedicavam-se à arte de muito falar e pouco agir, pois deste modo também se comportavam os parlamentares, segundo os ‘jacobinos’. O *parlamentarismo* completava a tríade de sentidos atribuídos ao termo *bacharelismo*, tendo sido dispostos os dois vocábulos por vezes como sinônimos.¹³¹

O espectro do parlamentarismo dos tempos do Império constituía-se em um desprezível legado para os ‘jacobinos’, que concebiam os parlamentares como aqueles que pouco agiam e quando tomavam alguma decisão era geralmente em benefício próprio e de seus solidários. A profusão de “illustres” com formação em direito nas cadeiras parlamentares era entendida como uma herança deletéria do regime monárquico, na qual repousava a prática dos joguetes, maquinações, conchavos e conluios que o presidente civil supostamente estaria reabilitando na administração pública.

As invectivas ao alegado tolhimento de iniciativas que alguns membros do Legislativo Federal haviam imposto ao Marechal Floriano durante os derradeiros meses de sua administração, conforme mencionado, constituía um dos *leitmotiven* dos jornais ‘jacobinos’ assim que emergiram ao público. O excesso de pareceres e de necessidades consultivas já se lhes figurava, portanto, como um objeto de incômodo. O fator diferencial entre os dois governantes assentava-se, como argumentavam os ‘jacobinos’, na complacência de Prudente de Moraes diante de sua situação de mãos atadas à “bacharelise do Congresso” e na sua inamovível transigência aos seus caprichos e desejos.¹³²

¹³⁰ O *Diccionario da Língua Portuguesa* de J. da Fonseca, editado em Lisboa e Paris em 1848, admite o significado de ‘linguareiro’, no linguajar chulo, para o substantivo ‘bacharel’. O dicionário de C. Aulete menciona, para a mesma palavra, o sentido figurativo de ‘tagarela, palrador’; para ‘bacharelada’, o de ‘discurso discreto e impertinente, e ao mesmo tempo pretensioso’; para ‘bacharelar’, no uso familiar, o de ‘falar muito e fora de proposito, tagarelar’ e para ‘bacharelise’, ‘vício de falar muito e indiscretamente’. O dicionário de C. de Figueiredo registra o significado, no uso familiar, para ‘bacharel’ de ‘individuo falador, tagarela’; para ‘bacharela’, na linguagem popular, de ‘mulher palradora, sabichona’; para ‘bacharelada’, o de ‘palavriado pretensioso’; para ‘bacharelar’, como verbo transitivo, o de ‘falar muito, pretensiosamente’; para ‘bachareleiro’, o de ‘palavroso’ e para ‘bacharelise’ e ‘bacharelismo’, o ‘costume de falar à toa’.

¹³¹ Esta sinonímia, empreendida pelos ‘jacobinos’, não se encontra registrada em nenhum dos dicionários analisados. Não se trata, contudo, de uma apropriação descabida, desde que se atente à conhecida etimologia da palavra ‘parlamentarismo’.

¹³² ‘As treguas perfidas’, *O Jacobino*, 15/12/1894, n. 25, capa.

Através de suas conseqüências, como defendiam, a influência demolidora deste *bacharelismo* com sentido de *parlamentarismo* revelava-se mais nitidamente. A este princípio, supostamente explicativo dos procedimentos do chefe do Executivo federal, deviam-se as condescendências típicas do “liberalismo sentimental”, como a trégua aos ex-revoltosos e a concessão de altos postos políticos e públicos a indivíduos suspeitos de monarquismo. Não satisfeito em reduzir a influência militar sobre o governo, o novo chefe do Executivo, como apontavam, permitia o preenchimento dos espaços conseqüentemente vacantes com os elementos aos quais cumpria fustigar, castigar e se possível deportar.

Os ‘jacobinos’ intentavam demonstrar aos seus leitores e partidários que o cunho contemporizador e reacionário do novo governo devia-se ao predomínio deste “bacharelismo chato” que reaparecia no proscênio da atividade política de alto escalão.¹³³ Ao dar o “primeiro passo parlamentarista” o novo chefe de Estado parecia-lhes um “sucessor fraco, abatido e seqüestrado pelos inimigos da República”.¹³⁴

As apropriações e re-significações que os ‘jacobinos’ efetuaram da forma lingüística *bacharelismo* indiretamente legitimavam a sua oposição a Prudente de Moraes. O *bacharelismo*, especialmente quando apropriado com o sentido de ‘parlamentarismo’, ou seja, como uma herança imperial, era apresentado como o princípio que explicava não apenas o encaminhamento reacionário, como também retrógrado do governo civil, em virtude das condescendências de Prudente em relação aos ex-revoltosos, sublevados do Sul, “sebastianistas” e falsos aderentes supostamente interessados na restauração monárquica.¹³⁵

A noção de que, pelo seu estilo administrativo, o presidente civil re-inaugurava práticas monárquicas foi gradualmente assomada à percepção de que este se harmonizava com os restauradores. Este entendimento era informado pela vislumbrada *aglutinação e organização política dos restauradores*. Os sectários de Martyr e principalmente os ‘Tiradentes’, no entanto, retrataram o “monstro” representado pela atuação dos restauradores maior do que ele efetivamente era durante o primeiro ano do governo civil, em parte estimulados pela própria superestimação feita por Floriano Peixoto no ‘Testamento Político’ – uma carta escrita poucos dias antes de seu falecimento – que leram como um texto canônico.

¹³³ *A Bomba*, 21/12/1894, n. 30, capa.

¹³⁴ ‘O morto e o vivo’, *O Nacional*, 08/10/1895, n. 110, capa.

¹³⁵ Annibal Mascarenhas, ‘O arbitramento’, *ibid.*, 07/12/1895, n. 133, capa.

Como demonstrado, no primeiro momento de sua oposição a Prudente, os ‘jacobinos’ informaram as suas interpretações pela defesa dos *interesses corporativos* devido ao fato concreto e real de que os batalhões patrióticos estavam sendo licenciados e dissolvidos. A partir do segundo semestre de 1895, e publicamente em novembro, a atuação associativa e propagandista dos restauradores, incluindo a criação de um partido, alcançou um grau de ativismo político até então inédito, tornando-se também um fato concreto e real.

O presidente da República, por certo, não se afinava ou se harmonizava com os restauradores, assim como estes eram na realidade também adversos ao seu governo. No entanto, Prudente de Moraes transigiu em relação à aglutinação política, à atividade associativa e, principalmente, à atuação propagandista dos restauradores através da imprensa, pois pessoalmente considerava esta última útil na demonstração da estabilidade das instituições republicanas, como as palavras de sua correspondência pessoal que encimam este capítulo o demonstram. Uma das causas da intensificação sem precedentes do ativismo político dos restauradores do final de 1895 até o início de 1897 residia nas condições favoráveis propiciadas pelo primeiro governo civil. Ainda que exagerado, não era despropositado o alarme expresso pelos ‘jacobinos’ de que os atos transigentes do governo de Prudente de Moraes estimulavam a “congregação dos sebastianistas”, uma vez que a orientação conciliatória do novo governo em nada inibia a convergência dos restauradores e o fortalecimento de suas atividades, pois que estes nenhum receio tinham de que seriam contidos e tampouco reprimidos.

Como agentes que visavam o prosseguimento da ordenação ‘militarista’ e ‘beligerante’ legada pelo Marechal para que se conservassem como elementos beneficiados e reconhecidos pelo governo da situação, conforme elucidado no capítulo anterior, os ‘jacobinos’ eram ativistas políticos que lutavam pelo ‘continuismo’, contrariamente ao que uma parte da historiografia mostrou, como será visto no próximo capítulo. Sob o viés do antimonarquismo descortinou-se mais nitidamente o temor diante das conseqüências advindas pelo direcionamento conciliador adotado e as medidas apaziguadoras tomadas durante a primeira presidência civil. O medo da mudança manifesto pelos jacobinos deve ser entendido em duplo sentido: como temor da derrocada completa da situação deixada pelo Marechal Floriano tendo como conseqüência a perda dos lugares e posições conquistadas e, sobretudo, como receio da restauração monárquica, que traria de vez a

alternância entre beneficiados e desfavorecidos pelo poder, redundando na elevação dos monarquistas e no aniquilamento dos florianistas.

Neste segundo momento de oposição a Prudente de Moraes, os ‘jacobinos’ interpretaram criticamente as seguintes resoluções governamentais: o reatamento de relações diplomáticas com Portugal; a consecução oficial e formal da pacificação do Sul do país e a concessão de anistia aos ex-rebelados da Armada e sublevados federalistas.

Ainda nos primeiros dias de março de 1895, foram concluídas as conversações entre Carlos de Carvalho, ministro do Exterior, e George Grenville, diplomata inglês enviado ao Brasil para intermediar as negociações de restabelecimento das relações entre Brasil e Portugal, rompidas oficialmente em maio do ano anterior por Floriano Peixoto.¹³⁶

O acatamento pelo governo brasileiro da indicação do poeta Thomaz Ribeiro, autor, quando ainda não era diplomata, da Carta de Alforria, a famosa coleção de versos em que demonstrou o compadecimento ao imperador banido em detrimento da recém-proclamada República que o expatriara, estimulou as manifestações isoladas e coletivas de descontentamento por parte de diversos brasileiros.¹³⁷ Da parte dos ‘jacobinos’ da Capital, Deocleciano Martyr envolveu em crepe a bandeira nacional da redação de seu jornal em sinal de luto desde que foi noticiado o reatamento; o Club dos Jacobinos, do qual Martyr era presidente, enviou uma mensagem de protesto a Prudente de Moraes contra a permanência de Thomaz Ribeiro no Brasil; por seu lado, os editores do *O Nacional* tarjaram de negro a edição do jornal de 19 de maio, dia do desembarque do enviado português na Capital.¹³⁸

A suposta humilhação a que era submetida a nação brasileira diante da antiga metrópole foi interpretada pelos ‘jacobinos’ como a evidência da escassez de sentimentos

¹³⁶ Cf. na *Gazeta de Notícias*, 11/03/1895, Causas Políticas, capa; ‘Brasil-Portugal’, 16/03/1895 e 17/03/1895 capa e em *O Apostolo*, ‘Brasil-Portugal’, 20/03/1895, p. 2.

¹³⁷ O pavor que os ‘Tiradentes’ manifestavam em relação à Carta de Alforria era tão exacerbado que estes passaram a contestar cada tópico desta obra através da série de artigos intitulada ‘Cartas Abertas’.

¹³⁸ A mensagem do Club dos Jacobinos encontra-se inteiramente transcrita em *O Jacobino* de 25/05/1895, n. 37, capa. Annibal Mascarenhas, ‘A tarja preta’ e Lindolpho Azevedo, ‘Ultimo acto’, *O Nacional*, 19/05/1895, n. 68, capa e os artigos das p. 2 e p. 3 desta edição, assinados, entre outros, por Henrique Cancio, Hygino Rodrigues, Pedro Rangel, Samuel Porto e Agrício Camargo. As manifestações que tiveram maior ressonância na época, todavia, foram o discurso do deputado Érico Coelho do parlamento e o protesto lavrado pelos alunos da ‘Escola Polytechnica’ contra a permanência do representante português no país. Em relação ao diplomata escolhido e aceito, até mesmo Ferreira de Araújo alegou que para o sucesso do feito diplomático era necessário que se nomeasse alguém que chamasse a si todas as simpatias e não que instilasse a

patrióticos que caracterizava os homens políticos da presidência civil e da falta de convicções republicanas por parte do presidente da República e de seus ministros.¹³⁹

A possibilidade oferecida, devido ao envolvimento nos preparos dos festejos e participação nas solenidades de recepção ao diplomata, para que os integrantes da colônia portuguesa da Capital e outros portugueses se manifestassem publicamente foi vista pelos ‘jacobinos’ como uma permissividade especialmente nociva do novo governante, pois teria ocasionado o “início de galvanização do sebastianismo agonizante”.¹⁴⁰

Desde o início do seu mandato, lograr a pacificação do Sul do país, entendida como uma verdadeira razão de Estado, transformou-se em um dos objetivos primordiais de Prudente de Moraes, a ser alcançado através do *programa de pacificação*, que conduziu grande parte das decisões administrativas durante o primeiro semestre da presidência civil.

Quando do envio de um oficial do Exército, o General Innocencio Galvão de Queiroz, para o sexto distrito militar com o fim de negociar com os líderes sublevados, os congressistas do heterogêneo partido governamental, o Partido Republicano Federal, dividiram-se a respeito desta iniciativa governamental de estabelecer um acordo com insurgentes que ainda empunhavam armas, acentuando assim as divergências de pontos de vistas e objetivos que já os separavam. Os membros do P.R.F. que se opuseram publicamente à pacificação, como Medeiros e Albuquerque e Quintino Bocayuva, não anteviram os proveitos políticos que adviriam à recentemente instalada ordem civil, para além da descompressão do clima armamentista e da recuperação da capacidade fiduciária do país, com o término das debacles do sul, de modo similar ao triunfo político que havia se constituído ao governo de Floriano Peixoto a vitória sobre a revolta da Armada. Até o sucesso das tropas legais sobre o movimento de Canudos, em outubro de 1897, nenhum

suscetibilidade antimonárquica de alguns patriotas. ‘Brasil-Portugal’, *Gazeta de Notícias*, 20/05/1895, capa; Lulu Senior, *ibid.*, 23/05/1895, Ás Quintas, capa. ‘A questão Thomaz Ribeiro’, *O Apostolo*, 26/05/1895, p. 2.

¹³⁹ Cf. em *O Jacobino*, ‘Brazileiros!!! Enxotemos o ministro. Abaixo português’, 18[?]/05/1895, n. 36, capa; ‘A vinda do sr. d’ Alforria’, 25/05/1895, n. 37, p. 3, e em *O Nacional*, Annibal Mascarenhas, ‘A Erico Coelho’ e ‘A Mocidade’, 23/05/1895, n. 69, capa; ‘O Nacional’, 29/05/1895, n. 71, p. 2; ‘Consummatum est’, 01/06/1895, n. 72, capa.

¹⁴⁰ Assim que se inaugurara o governo civil, algumas agremiações se empenharam para que as relações entre os dois países fossem restabelecidas. Quando o *desideratum* se tornou realidade, numerosas associações de beneficência, agremiações estudantis e comerciais, em sua maioria compostas de portugueses, tomaram parte nos festejos oficiais de recepção a Thomaz Ribeiro, assim como vários estabelecimentos comerciais e redações de jornais, logo que foi noticiado o reatamento, trataram de hastear o luso pavilhão ao lado da bandeira auriverde. Cf. as matérias intituladas ‘Brasil-Portugal’ da *Gazeta de Notícias*, principalmente nas edições de 18/05 a 20/05/1895, capa.

outro grande feito notabilizou o primeiro governo civil senão a concretização formal da pacificação do Sul, solidificada com o decreto de concessão anistia de outubro de 1895. Nas votações deste último, contudo, novamente os parlamentares do partido governista divergiram, o que se intensificou depois com os debates em torno da questão dos protocolos das reclamações italianas, ao longo de quase todo o ano seguinte, cujas discussões e opiniões discrepantes originaram também a primeira crise ministerial, em um prelúdio da cisão do P.R.F. que ocorreu em junho de 1897.

Aparentemente, prevendo os lucros políticos que o novo governo colheria com a concretização da pacificação, e que teriam sido mais bem aproveitados não fossem as divergências na tribuna e na imprensa dos membros do P.R.F., os ‘jacobinos’ empenharam-se em uma campanha antipacificação. Estes militantes já haviam, todavia, se oposto à pacificação desde o início do governo, pois sabiam que o apaziguamento terminante do Sul redundaria no licenciamento e dissolução de muitos batalhões patrióticos, principalmente os da Capital que haviam sido enviados para esta região em caráter emergencial.

O *programa de pacificação* dividiu também os jornalistas entre defensores e opositores à sua concretização assim como ocasionou leves clivagens entre os que se colocavam como favoráveis e alegavam os seus motivos. De um lado, os jornais *Gazeta de Notícias*, *Gazeta da Tarde*, *Jornal do Brasil*, *Cidade do Rio*, *Jornal do Commercio* e *O Apostolo*, entre outros, tendiam a aprovar as decisões administrativas conduzidas tanto pelo ‘programa de pacificação’ quanto pela ‘orientação conciliatória’ que lhe era sobrejacente, embora apresentassem interpretações próprias sobre as temáticas. Por outro lado, outras folhas, como *O Nacional*, *O Jacobino* e *O Paiz* posicionaram-se contrariamente ao acordo governamental com os sublevados.¹⁴¹

Desde 2 de julho de 1895, quando ocorreu o armistício dos federalistas, em razão dos combates de Campo Osório hiper-dimensionados pela morte de Saldanha da

¹⁴¹ Por este motivo, o redator-chefe da *Gazeta de Notícias* admoestou a suposta liderança perturbadora assumida pelo jornal *O Paiz* na imprensa de grande tiragem ao repercutir a opinião de um “grupo que faz tanto quanto pode para crear toda a ordem de embaraços ao conagraçamento e união de todos os brasileiros”. Ferreira de Araújo censurou não somente o autoritarismo que este “grupo” manifestava nos julgamentos expressos dos atos do novo governo como a própria razão alegada para o seu direito de “perpetua ingerência” e emissão de opiniões sobre os negócios públicos: os “serviços prestados” como o testemunho de um “patriotismo especial”. O jornalista não aceitava que o jornal dirigido por Quintino Bocayuva se colocasse como porta-voz de um “grupo” composto por indivíduos que não apenas “esbravejavam” contra os que “se transviaram, revoltando-se”, como também contra todos que relutavam em defender as mesmas idéias políticas que eles. *Gazeta de Notícias*, 01/08/1895, Questões do dia: a pacificação, capa.

Gama e a busca incansável de seu corpo, intensificaram-se as negociações entre o governo e os chefes federalistas.¹⁴²

Os ‘Tiradentes’ definiram, a partir de então, a diligência governamental de estabelecer um acordo com os insurgentes como uma “conspiração” que tinha o Palácio Itamaraty como centro de suas maquinações. Julgavam ser este um anelo principalmente dos governantes afeitos ao “maragatismo”, ou seja, partidários do tipo de federalismo propugnado por Silveira Martins, o que era disposto como um indício de um suposto pacto do chefe de Estado com os indivíduos que atentavam contra as instituições estabelecidas.¹⁴³

A 23 de agosto, o representante do governo nas negociações pela paz, General Innocencio Galvão de Queiroz e o General João Nunes da Silva Tavares, o mais renomado dos líderes vivos da revolução federalista após as mortes de Gumercindo Saraiva e Saldanha da Gama, assinaram os termos do protocolo de pacificação. Os federalistas contentaram-se com um acordo no qual unicamente versava-se sobre a garantia de suas vidas e propriedades. Após dois anos e meio de lutas, findava-se a revolução federalista.¹⁴⁴

Assim que se proliferou a notícia da concretização oficial da pacificação, Annibal Mascarenhas, redigindo em nome dos “defensores da legalidade”, enalteceu o governador do Rio Grande do Sul como o responsável pela pacificação, retirando assim todo o mérito governamental neste feito.¹⁴⁵

Este modo de interpretação do resultado da pacificação foi propalado por alguns redatores do jornal *O Nacional* pelas ruas da Capital, trazendo-lhes conseqüências funestas. Na noite de 26 de agosto, ao passarem pela rua do Ouvidor, reverberando gritos laudatórios a Júlio de Castilhos, alguns ‘Tiradentes’ foram reprimidos pela polícia e o gerente da folha, Antonino do Valle, tenente do Batalhão Tiradentes e capitão honorário do Exército, foi intimado ao comparecimento à delegacia. Alguns membros do Batalhão Tiradentes foram feridos durante o incidente, entre os quais Annibal Mascarenhas. O incidente foi objeto de

¹⁴² Cf. na *Gazeta de Notícias*: ‘As condições da paz’, 19/07/1895, capa; ‘A Pacificação’, 11/08/1895, capa; 12/08/1895, Causas Políticas, capa e ‘A Pacificação’, 14/08/1895, capa.

¹⁴³ ‘O princípio do fim’ e Samuel Porto, ‘Causas do governo’, *O Nacional*, 14/08/1895, n. 91, p. 2 e p. 3. Os redatores de *O Jacobino* não puderam se manifestar, nesta ocasião, a respeito das negociações entre o governo e os chefes federalistas, bem como acerca da concretização da pacificação, pois a publicação do jornal havia sido interrompida pouco após o falecimento de Floriano, a 29 de junho, retornando a circulação normal no dia de seu sepultamento, 29 de setembro. Segundo Simas, “quando da morte do Marechal, a redação do periódico foi exemplarmente empastelada por membros da comunidade portuguesa da Capital Federal”, *op. cit.*, p. 102.

¹⁴⁴ ‘A paz’, *Gazeta de Notícias*, 24, 25, 26 e 27/08/1895, capa.

¹⁴⁵ Annibal Mascarenhas, ‘O vencedor’, *O Nacional*, 28/08/1895, n. 95, capa.

discussões na Câmara dos Deputados, tendo o parlamentar Frederico Borges iniciado os debates sobre as violências praticadas naquela noite, o que foi, evidentemente, apresentado por Hygino Rodrigues como a prova de que os “patriotas” possuíam defensores no parlamento. O discurso do tribuno cearense foi reproduzido por estes publicistas com a intenção de demonstrar que “aqueles que se debateram denodadamente em nome da lei” eram agora “as victimas preferidas e dirá mesmo caçadas por este *espírito de intolerância*”.¹⁴⁶ Durante a discussão do requerimento de informações sobre o caso, o general Francisco Glycerio defendeu os voluntários patriotas atribuindo aos “federalistas” a provocação dos distúrbios, tendo sido esta postura do líder do P.R.F. na Câmara criticada por alguns jornalistas, como Ferreira de Araújo.¹⁴⁷

As designações pejorativas, como “intolerantes”, “desordeiros”, “agitadores” e “desorientados”, foram, no entanto, intensificadas aos integrantes do Batalhão Tiradentes. Novamente estes agentes foram representados depreciativamente por Ferreira de Araújo, que os admoestou porque, ao se suporem os monopolizadores do patriotismo e do republicanismo, teriam começado a gritar somente porque o presidente da República não lhes havia pedido licença para pacificar o Sul e, por este motivo, conspurcaram o ambiente da Capital, tornando a rua do Ouvidor um lugar perigoso.¹⁴⁸

Desde que o governo iniciou as negociações para a consecução da pacificação do Rio Grande do Sul foi proposto aos parlamentares que iniciassem os debates referentes à concessão de anistia aos ex-revoltosos da Armada e rebelados da Revolução Federalista.

Algumas medidas lenitivas às penas que estes sofriam no degredo e nas prisões em fortalezas já haviam sido postas em consecução, como a extensão do indulto aos aspirantes a guarda-marinha, o prosseguimento de concessão de *habeas corpus* pelo Supremo e a reabilitação ao serviço público de indivíduos coniventes com os ex-revoltosos.

Em maio, Campos Salles redigiu um projeto de anistia parcial que, por não ter sido aprovado pelas comissões de constituição e justiça, não foi apresentado ao Senado.¹⁴⁹

¹⁴⁶ Hygino Rodrigues, editorial sem título e ‘Camara dos Deputados’, *ibid.*, 31/08/1895, n. 96, capa.

¹⁴⁷ *Gazeta de Notícias*, 28/08/1895, Questões do dia: A Intolerância, capa.

¹⁴⁸ Lulu Senior, *Gazeta de Notícias*, 29/08/1895, Às Quintas, capa e *ibid.*, 31/08/1895, Questões do dia: As arruaças, capa.

¹⁴⁹ Este projeto era bastante restritivo, pois além de anistiar única e especificamente os brasileiros que tomaram parte direta ou indireta na “revolução iniciada em fevereiro de 1893 no Sul ou [?] na revolta de 6 de setembro do mesmo ano, no Rio de Janeiro”, excetuava desta disposição os líderes de ambos movimentos,

Foram iniciadas, desde então, nesta casa congressional longas discussões sobre esta questão candente, embora primeiramente os seus membros tenham se dedicado aos debates referentes à aprovação dos atos do governo do Marechal Floriano durante os períodos de vigência do estado de sítio.¹⁵⁰

Novamente, os parlamentares, mormente os do P.R.F., dividiram-se a respeito das duas questões e em relação à anistia seccionaram-se os que lhe eram favoráveis em defensores da anistia ampla ou completa e em propositores da anistia parcial ou restrita.¹⁵¹

As discussões prosseguiram nas duas casas congressuais, consumindo muitas sessões legislativas, havendo alguns parlamentares alertado para os conflitos que poderiam advir, caso fosse concedida a anistia ampla, do retorno ao convívio de oficiais ex-revoltosos com os que se mantiveram fiéis à legalidade, enquanto outros defendiam que a aprovação da anistia ampla ou irrestrita significaria a sanção efetiva da pacificação do Sul.¹⁵²

Annibal Mascarenhas argumentou que a aprovação do projeto de anistia abriria a porta a todas as subversões, ao firmar o direito de perdão aos rebeldes, além de significar, por parte do poder público, a abdicação do dever de punir os revoltosos. O redator-chefe de *O Nacional* caracterizou a discussão parlamentar atinente ao tema como uma afronta ao Exército nacional e aos milicianos patriotas que lutaram no combate aos subversivos.¹⁵³

As discussões prosseguiram e a 11 de outubro a Câmara aprovou o projeto de anistia restrita aos militares, redigido por Glycerio, que foi submetido à nova redação e remetido ao Senado, pelo qual foi aprovado. Todas as pessoas que haviam se envolvido

com base no art. 108 do código criminal, e negava o direito de reversão à atividade do serviço aos oficiais anistiados. O projeto encontra-se reproduzido na *Gazeta de Notícias*, 23/05/1895, capa.

¹⁵⁰ A preferência pela discussão deste tema por parte desta casa congressional foi entendida pelos redatores de *O Apostolo* como uma “prova de jacobinismo” do Senado, que supostamente estaria imbuindo mesmo os seus membros conservadores para que a concessão da anistia fosse postergada. ‘Vim vi repeller’, *O Apostolo*, 31/05/1895, capa.

¹⁵¹ *Gazeta de Notícias*, 10/06/1895, Causas Políticas, capa. Annibal Mascarenhas, ‘O sr. Campos Salles’, *O Nacional*, 12/06/1895, n. 75, capa.

¹⁵² Em agosto, foi aprovada no Senado a emenda aditiva, apresentada por vinte e nove membros da casa, que estendia a anistia a todos os brasileiros que tivessem intervindo direta ou indiretamente em sedições ou rebeliões no país, ampliando, assim, a concessão antes específica aos insurretos que tomaram parte na Revolta da Armada e na Revolução Federalista. Cf. sobre os longos e acesos debates em torno desta questão as matérias intituladas ‘Amnistia’ da *Gazeta de Notícias* de 30/08, 31/08, 01/09, 04/09, 09/09 e 23/09/1895, capa e também a coluna ‘Causas Políticas’, de 02/09, 09/09 e 16/09/1895, capa.

¹⁵³ Para as opiniões dos ‘Tiradentes’ a respeito da questão e dos debates referentes à anistia, cf. em *O Nacional*, Annibal Mascarenhas, ‘A amnistia’, 10/09/1895, n. 99, capa; ‘Carlos, o simples’, 21/09/1895, n. 104, capa; Annibal Mascarenhas, ‘Ora, bolas’, 23/09/1895, n. 105, capa; Annibal Mascarenhas, ‘O Attentado’, 26/09/1895, n. 106, capa; ‘Medeiros e Albuquerque’, 03/10/1895, n. 108, capa; ‘General Francisco Glycerio’, 05/10/1895, n. 109, capa.

direta ou indiretamente em distúrbios no território nacional até a data de assinatura do protocolo de pacificação, 23 de agosto, seriam anistiadas. Ampla aos civis, a anistia estabelecida foi, no entanto, restrita para os militares, que não poderiam voltar ao serviço ativo antes de decorridos dois anos da data em que se apresentassem às autoridades competentes, apesar de vencerem o soldo das patentes e contarem o tempo para a reforma.¹⁵⁴

A concretização da pacificação e a aprovação do decreto de concessão de anistia foram dispostas pelos ‘jacobinos’ como evidências de que Prudente de Moraes deixava-se guiar pelas aspirações dos “maiores inimigos da República e da Pátria”. Antes, com o reatamento de relações com Portugal e festejos de recepção ao representante de D. Carlos, o presidente lhes parecia condescender com os portugueses e demais monarquistas “encapuzados”. Agora, com a iniciativa governamental de estabelecer um acordo com os sublevados do Sul e a decretação de anistia a estes e aos ex-revoltosos da Armada, os ‘jacobinos’ intensificaram as acusações que já vinham fazendo ao iniciarem-se as variadas formas de preterimento dos florianistas e voluntários assim como as restituições de cargos públicos e a ocupação de postos políticos aos indivíduos relegados pelo governo anterior: Prudente de Moraes afinava-se com aqueles que se posicionavam contrariamente às instituições republicanas, esposando assim um “parcialismo iníquo” aos destinos pátrios. O presidente civil, ao plantar em solo brasileiro a “árvore da concórdia”, ademais de desmerecer os esforços dos voluntários, como propalavam, ainda harmonizava-se perigosamente com os portugueses, os suspeitos de sebastianismo, os falsos aderentes, os restauradores confessos, os monarquistas emigrados e, enfim, com todos aqueles supostamente interessados no restabelecimento da forma de governo monárquica.¹⁵⁵

O juízo dos ‘jacobinos’ sobre as supostas afinções de Prudente de Moraes com os restauradores era exagerado, inclusive pelo ressentimento que manifestavam por estarem sendo apeados das posições conquistadas. Nestes meses em que interpretaram criticamente os três atos governamentais acima expostos, os ‘jacobinos’ fundamentavam os seus discursos em conjecturas sobre a aglutinação dos restauradores. A partir do final de 1895,

¹⁵⁴ O decreto de anistia, de número 310, encontra-se reproduzido na *Gazeta de Notícias* de 22/10/1895, capa.

¹⁵⁵ ‘Viva a anarquia’, *O Jacobino*, 26/10/1895, n. 43, capa.

entretanto, estes atores passaram a se informar por um fato real: a intensificação inaudita da arregimentação política e da atividade propagandista dos monarquistas restauradores.

Desde a eclosão da revolução federalista em fevereiro de 1893, com idas e vindas, passaram a ser propalados por uma parcela da imprensa da Capital boatos sobre conspirações restauradoras que, no entanto, aos poucos iam sendo abafados, geralmente por carência de fundamento. Quando Floriano estava prestes a concluir o seu mandato presidencial tais rumores foram intensificados, chegando a se constituírem em um dos impulsos para a criação dos periódicos *A Bomba* e *O Jacobino*, como demonstrado. Logo após o início do governo de Prudente de Moraes, tais boatos se arrefeceram, inclusive em razão do ambiente de expectativas gerado em torno da presidência civil. Na prática foi o tão dimensionado à época “retorno às garantias constitucionais”, que trouxe como uma de suas principais consequências aos propagandistas políticos de diversos matizes a liberdade de divulgação de notícias e difusão de idéias através do principal meio de comunicação da época, a imprensa, que abrandou estas notícias sobre supostos conluíus “sebastianistas”.

A *orientação conciliatória* do novo governo possibilitou a reativação das publicações antimilitaristas, mas não necessariamente monarquistas; o surgimento das folhas que se esmeravam em criticar os atos arbitrários do governo do Marechal Floriano; o retorno gradual ao país de intelectuais monarquistas que estavam na Europa; as divulgações das obras literárias de monarquistas e, entre outros acontecimentos, a possibilidade reaberta aos intelectuais monarquistas de colaborarem em jornais de grande circulação à época, inclusive folhas republicanas. Ainda que persistissem as denúncias de que constava entre os planos dos sublevados federalistas a restauração monárquica, com a possibilidade aberta a que os descontentes em geral e inclusive os monarquistas pudessem manifestar livremente as suas opiniões sobre o encaminhamento do novo governo e do próprio regime republicano através da imprensa, presumidamente não haveria motivos para que trabalhassem em oculto contra as instituições vigentes e as autoridades constituídas.

Os ‘jacobinos’, desde o início do governo civil, aludiam à presença de falsos aderentes e monarquistas confessos entre os ministros escolhidos por Prudente de Moraes e seus subordinados imediatos; criticavam as restituições de indivíduos que haviam sido destituídos de seus postos, entre outros motivos, por suspeição de monarquismo, bem como hostilizavam o concurso adulatário dos representantes comissionados de associações

portuguesas ao novo presidente nas visitas que lhe faziam no palácio governamental. Com o desenrolar da administração civil, estes militantes passaram a advertir que as indulgências do novo governo em relação aos revoltosos e seus coniventes, assim como a influência exercida sobre eminentes políticos pelos indivíduos que haviam usufruído privilégios durante os tempos imperiais, proporcionariam a reconstituição política dos monarquistas.

Desde maio de 1895 – durante o qual o governo iniciou formalmente as negociações com os sublevados federalistas, o diplomata português aportou na Capital e a anistia se tornou efetivamente objeto de elaboração de projetos no Senado – os ‘Tiradentes’ passaram a se referir a supostos atos conspiratórios e atentados que estariam sendo urdidos pelos monarquistas.¹⁵⁶ Estes militantes não percebiam que se os monarquistas estivessem realmente exercendo tão substancial influência sobre o governo civil, e inclusive cooptando o presidente eleito, dificilmente atentariam contra este governo e tampouco contra as instituições republicanas, considerando-se que estariam sendo especialmente beneficiados pela ordem civil recentemente inaugurada, principalmente se for levada em conta a relegação a que haviam sido destinados pelo governo de Floriano Peixoto.

Todavia, os boatos sobre os supostos conluíus e escusas coligações dos monarquistas da Capital neste momento foram disseminados também por outros periódicos da época, ocasionando as contestações quanto aos seus fundamentos por parte de outros jornalistas republicanos, como Ferreira de Araújo. Tratavam-se nesta ocasião de notícias infundadas sobre presuntivas conspirações restauradoras. Ao serem superestimadas pelos ‘Tiradentes’ ser-lhes-iam úteis caso as autoridades públicas nelas acreditassem, pois desviariam a mira, inclusive da polícia, para estes ‘inimigos’, desviando-a deles próprios, que cada vez mais se ressentiam pelas perdas das posições adquiridas.

Ainda que durante meados de 1895 os monarquistas da Capital não estivessem tão unificados e politizados como eles propalavam, ‘Tiradentes’ e sectários de Martyr, a partir de junho, imbuíram-se do dever de cumprir as derradeiras recomendações do Marechal Floriano expressas no seu ‘Testamento Político’. O documento não era mais do que uma longa carta redigida pelo ex-presidente em seus últimos dias de vida a uma

¹⁵⁶ Cf. em *O Nacional*, ‘O grande atentado’, 29/05/1895, n. 71, capa; ‘Propaganda monarchica’, 05/06/1895, n. 73, p. 2 e ‘A colligação monarchica’, 26/06/1895, n. 79, p. 2.

comissão de moços patriotas que o fora visitar, quando já se encontrava em Divisa onde faleceu, e a qual não pudera receber em razão da gravidade de seu estado de saúde.¹⁵⁷

Após a morte do Marechal, os aconselhamentos contidos no ‘Testamento’ transformaram-se em dogmas para os ‘jacobinos’ e as advertências quanto à necessidade da mocidade republicana se manter alerta e vigilante para a sustentação das instituições republicanas diante da agitação do “fermento da restauração” confirmaram um parecer que já havia sido efetuado pelos ‘Tiradentes’ e que passou a ser compartilhado por Martyr e seus sequazes. Diferentemente do primeiro momento de oposição, no capítulo anterior analisado, neste segundo momento os ‘jacobinos’ nortearam-se doutrinariamente pela leitura dogmática que efetuaram do ‘Testamento Político’ de Floriano Peixoto.

Antevendo os efeitos que adviriam das recomendações do Marechal, Ferreira de Araújo, logo após a morte do ex-presidente, antecipou-se em desmentir os boatos de conspiração monárquica em andamento, advertindo ainda que nem mesmo os “amigos do Marechal”, ou seja, os “que a seu lado se bateram” poderiam sobrepor as suas vontades às do presidente da República sem incorrer em crime de lesa-pátria. O jornalista afirmou que não havia um partido monarquista constituído e tampouco a intenção de criá-lo, mas apenas saudosismo e que os “intolerantes”, os “intransigentes” é que constituíam um perigo, pois agora até o “prestígio de um nome” com o qual podiam jogar acabou sendo dissipado.¹⁵⁸

Em razão da leitura ortodoxa que empreenderam dos preceitos expressos pelos Marechal, ‘Tiradentes’ e Martyr e seus sectários entenderam ser insuficiente a atividade exercida principalmente através da imprensa para conter o presumido avanço restaurador, facilitado pelas aludidas afinações de Prudente de Moraes, pois este supostamente estaria sendo impelido pelos seus ministros e outros políticos falsos aderentes a assentir com a arregimentação dos restauradores.

¹⁵⁷ A carta, assinada pelo ex-presidente simplesmente como Floriano Peixoto, intitulada ‘Testamento Político’, encontra-se inteiramente transcrita em *O Jacobino*, 29/09/1895, p. 2. Entre as explanações do Marechal aos seus admiradores, o extrato em que se dirigiu especificamente aos jovens, impingindo-lhes um dever cívico, e que passou a ser citado em diversas matérias dos jornais jacobinos pelo seu teor missionário, é o seguinte: “A vós, que sois moços e trazeis vivo e ardente no coração o amor da Pátria e da República, a vós corre o dever de amparar-a e defendel-a dos ataques dos inimigos. Diz-se e repete-se que ella está consolidada e não corre perigo. Não vos fieis nisso, nem vos deixeis apanhar de surpresa. O fermento da restauração agita-se em uma acção lenta, mas continua e surda. Alerta! pois”.

¹⁵⁸ *Gazeta de Noticias*, 08/07/1895, Cousas Politicas, capa.

Os ‘jacobinos’ julgaram ser necessário, então, transformar em atos os princípios emanados por palavras, através da intensificação e ampliação de seu leque de atividades e modalidades de ação.

Entre os procedimentos encetados pelos ‘Tiradentes’ destacaram-se, ainda em julho: o aumento de suas participações nos *meetings* de protesto; o estímulo ao comandante Vicente Martins para a reabertura de alistamento do Batalhão Tiradentes, que estabeleceu a redação de *O Nacional* como o local de inscrição dos voluntários e de fixação da sua comissão de sindicância, composta por alguns redatores do periódico e, por fim, de maior significação, a organização do Partido Republicano Nacional, para cujo esforço de criação contaram com o auxílio dos deputados Nilo Peçanha e Franco Carvalho, do senador João Cordeiro e do literato Raul Pompéia, entre outros nomes conhecidos da época.¹⁵⁹

Martyr e seus prosélitos também intensificaram a sua atuação por meio do aumento de reuniões e atividades propagandistas do Club dos Jacobinos e do ‘Partido Jacobino’, dos quais Martyr era presidente, e da publicidade e suporte ideológico aos novos periódicos jacobinos e nativistas que surgiam nos Estados e no interior do Rio de Janeiro.

Estas diligências efetuaram-se como um contra-ataque ao vislumbrado aumento das coligações e atuações conspiratórias dos restauradores, lideradas supostamente por Andrade Figueira. Durante meados de 1895, no entanto, os monarquistas da Capital ainda não haviam alcançado este nível de organização e de ativismo ressaltado pelos jacobinos.

Em razão da *orientação conciliatória* e do posicionamento moderado de Prudente de Moraes, que conscientemente consentiu com a propaganda jornalística restauradora, como se atesta pelas suas palavras que servem de epígrafe a este capítulo, não se estabelecia nenhum tipo de censura sobre as publicações e mecanismos que gerassem a autocoação da liberdade individual em relação a atos considerados conspiratórios de acordo com a legislação vigente. Durante o segundo semestre de 1895, Afonso Celso e Eduardo Prado escreveram vários artigos de cunho doutrinário conclamando a aglutinação não apenas dos monarquistas, mas também dos descontentes em geral como os adesistas desiludidos, no jornal *Commercio de S. Paulo*, de propriedade de César Ribeiro. Alguns

¹⁵⁹ Cf. as matérias intituladas ‘Partido Republicano Nacional’ a partir de 10/08/1895 em *O Nacional*, geralmente na capa. O manifesto do partido, todavia, somente foi publicado em 03/03/1896, postergado, entre outros motivos, pelo suicídio de Raul Pompéia no dia de natal, que iria redigi-lo, cabendo, por conseguinte, a

destes artigos foram contestados por ilustres jornalistas republicanos da Capital, como Ferreira de Araújo. Nenhuma providência, contudo, foi tomada para o controle desta arregimentação.¹⁶⁰

Mesmo o toque de alarme alastrado pela imprensa republicana em razão do acordo, embora não unânime, de estruturação de um partido monarquista estabelecido pelos convivas do banquete político de 15 de outubro – organizado por Eduardo Prado e Rafael Correia em comemoração ao aniversário de D. Pedro de Alcântara – foi ignorado pelo novo governo.¹⁶¹ Alguns órgãos de imprensa manifestamente republicanos acabaram formando uma espécie de resistência ao alinhamento monarquista. Em contrapartida, da parte dos principais gestores governamentais não houve nenhuma ação, bem ao estilo ponderado e esquivo na tomada de posições extremas que caracterizou a primeira presidência civil.

Propositamente no dia do sexto aniversário da proclamação da República, os restauradores sentiram-se seguros para lançar o ‘Manifesto do Partido Monarchista de S. Paulo’, de autoria de João Mendes de Almeida, que somente não alcançou o efeito condensador esperado pelos seus signatários devido ao acentuado teor religioso. O governo novamente não se moveu. Contudo, a imprensa o fez e não somente através das publicações regulares como também dos panfletos, principalmente anônimos e assinados por pseudônimos. Os jornais ‘jacobinos’ atacaram a audácia dos “sebastianistas” e alertaram os republicanos de que deveria ser dado o toque de sentido contra as suas futuras ações.¹⁶²

sua redação ao secretário e redator de *O Nacional*, Lindolpho Azevedo. Foi considerada como a data de fundação do partido o dia 12/02/1896, com regulamento emitido em 18/04/1896.

¹⁶⁰ Exceto quando houver outra indicação, as informações factuais sobre as atuações dos monarquistas restauradores foram extraídas do capítulo ‘Os guerrilheiros da palavra’ do trabalho pioneiro e aparentemente único até o momento a tomar os monarquistas como objeto específico de estudo de M. de L. M. Janotti, *Os Subversivos da República*, pp. 85-160.

¹⁶¹ A indiferença não tomou, porém, todos os membros do governo. Em entrevista a *O Nacional*, o deputado Rangel Pestana – que geralmente se mostrava relativamente afinado às idéias e propostas expressas no periódico dos ‘Tiradentes’, no qual chegou a colaborar com artigos – qualificou o banquete como “incontestavelmente um acidente grave na vida da República, o qual denuncia em alto grau a aceleração do movimento de reação que vem de mais longe, mal compreendido por uns, pouco conhecido de outros e ignorado por muitos”. Em relação ao acordo sobre a fundação do partido monarquista, o deputado afirmou que era fruto das condições propiciadas pelo primeiro governo civil, de modo que “os restauradores afrontam o otimismo do presidente da República, cuja política conciliadora e dúbia eles qualificam à paridade de morbidez esperançosa”. Receitou, por fim, como antídoto à ação dos restauradores: “imprensa franca e corajosamente republicana e governo forte e enérgico”. ‘Propaganda Monárquica. Uma opinião valiosa – Interview com um notável político’, *O Nacional*, 09/11/1895, *apud* Janotti, *op. cit.*, pp. 96-97. No acervo consultado faltam as edições de n. 122 e n. 123 deste jornal, respectivamente de 07/11 e 09/11/1895.

¹⁶² Cf., sobre os ataques dos ‘jacobinos’ a estas movimentações aglutinadoras dos restauradores, em *O Nacional*, Annibal Mascarenhas, ‘Os pobres de espírito’ e Aprígio Cesarino, ‘A Restauração’, 18/11/1895, n. 126, respectivamente, capa e p. 2; Lindolpho Azevedo, ‘A Resistência’, 23/11/1895, n. 128, capa e o artigo ‘O

Os restauradores prosseguiram com a sua politização, estabelecendo as bases de atuação do partido na sua primeira reunião, realizada em 3 de dezembro na casa do redator do manifesto. Várias diligências foram efetuadas pelos ativistas, sobressaindo a aquisição por Eduardo Prado do *Commercio de S. Paulo* para que se tornasse o órgão do partido.

Entusiasmados com a iniciativa dos correligionários de São Paulo, os monarquistas da cidade do Rio de Janeiro enviaram uma carta de saudação ao diretório paulista e lançaram um manifesto, intitulado ‘À Nação Brasileira’, publicado no *Jornal do Commercio*, de 12 de janeiro de 1896.¹⁶³

Estava dada a partida para a organização política e propagandista dos monarquistas da Capital Federal. Apesar das divergências de idéias e das discordâncias de estratégias para alcançar o seu intento, os restauradores do Rio e de São Paulo engajaram-se cada vez mais na causa comum. Ainda em janeiro de 1896, surgiu o ‘Centro dos Estudantes Monarchistas de São Paulo’, por iniciativa de jovens da Faculdade de Direito. No dia 19, foi lançado como órgão desta associação o periódico *Auctoridade*, com o qual mais tarde *O Jacobino* e principalmente *O Nacional* teceram acalorados embates político-discursivos.

Na Capital, surgiram publicações expressamente restauradoras, como os jornais *Rio de Janeiro* e *O Município*, além do prosseguimento da ação das folhas monarquistas já existentes, como *O Apostolo*, em circulação desde 1866, e *O Império*, desde 1885. Os ativistas mais renomados dos restauradores do Rio, que compunham também o grupo mais coeso da cidade, resolveram, por iniciativa de Carlos de Laet e seus amigos mais próximos, fundar um jornal sugestivamente intitulado *Liberdade*, cujo primeiro número somente saiu a lume no dia 4 de maio.¹⁶⁴

Manifesto Monarchista’ transcrito de *O Nativista*, o principal jornal jacobino de São Paulo, 28/11/1895, n. 129, capa e em *O Jacobino*, ‘Elles!’, edição de 15 e 16/11/1895, n. 46, capa.

¹⁶³ A carta e o breve texto do redator do *Jornal do Commercio* encontram-se reproduzidos na *Gazeta de Notícias*, ‘Partido Monarchista’, de 13/01/1895, capa. Assinaram o documento: João Alfredo Correa de Oliveira, Visconde de Ouro Preto (Afonso Celso de Assis Figueiredo), Domingos de Andrade Figueira, Joaquim Nabuco, Carlos de Laet, Lafayette Rodrigues Pereira e Carlos Afonso de Assis Figueiredo. Segundo esta carta, o Directorio Central do Partido Monarchista de S. Paulo era composto pelos seguintes membros: João Mendes de Almeida, Eduardo da Silva Prado, Francisco Antonio de Queiroz, conselheiro Bento Francisco de Paula Souza, Antonio Ferreira de Castilho e Rafael Correa da Silva Sobrinho.

¹⁶⁴ Lulu Senior, *Gazeta de Notícias*, ‘As Quintas’, 19/03/1896, capa. Julio Lobo, ‘Os homens fatidicos’, *O Nacional*, 28/03/1896, n. 156, capa; Bamboccia, ‘Liberdade!’, *ibid.*, 07/05/1896, n. 165, p. 2. Segundo Janotti, a montagem das oficinas do jornal *Liberdade* coube ao Visconde de Ouro Preto, tendo sido o restante do capital integralizado por outros interessados, como o coronel Gentil de Castro. Em razão dos desentendimentos entre os acionistas, a folha em sua fase final foi praticamente sustentada por estes dois ativistas. Para este fim, Gentil de Castro adquiriu a *Gazeta da Tarde*, transformando-a também em uma folha

A imobilidade governamental diante da exacerbação das atividades dos restauradores estimulou as críticas a Prudente de Moraes por parte de jornalistas, como José do Patrocínio, que antes o haviam apoiado e inclusive defendido dos ataques que eram feitos por seus opositores, como os ‘jacobinos’. Os ‘Tiradentes’ não se furtaram a satirizar as supostas “deslealdades” destes jornalistas, embora estrategicamente se utilizassem destas críticas para endossar os seus juízos há muito emitidos sobre Prudente.¹⁶⁵

A esta explícita intensificação da atuação dos restauradores, principalmente de sua propaganda jornalística, assomaram-se os rumores de que os seus partidários estariam agindo também por meios escusos, chegando *O Paiz* a denunciar supostas tentativas de suborno feitas pelos conspiradores a oficiais das forças armadas.¹⁶⁶

Em razão dos boatos espalhados e de nenhum aceno governamental objetivando desmenti-los, na noite de 21 de março os sócios do Clube Militar se reuniram e aprovaram uma moção. Através deste documento, advertiram aos “camaradas” que “grupos facciosos” pretendiam “subverter as instituições republicanas” para mudarem a forma de governo.¹⁶⁷

A atitude até então mais acintosa efetuada por militares de terra e mar ao presidente civil alcançou respaldo também entre grupos civis que lhes consignaram o seu apoio. Por outro lado, os militares “civilistas”, ou seja, os que hostilizavam o envolvimento de militares na política, logo deram publicidade aos motivos que os apartavam dos colegas de farda, por considerarem estas tomadas de partido em assuntos políticos atentatórias à disciplina militar ou causadoras de desunião entre as “classes armadas”.¹⁶⁸

Agrício Camargo, em nome dos ‘Tiradentes’, afirmou que os militares tomaram esta decisão formal e resoluto porque se fez necessário um grito de vigilância contra os monarquistas face à irresponsabilidade de Prudente de Moraes que estaria fazendo da incerteza quanto ao futuro republicano o único horizonte que viam diante de si os defensores desta forma de governo.¹⁶⁹

restauradora, com cujos lucros sustentou a *Liberdade*, até o seu empastelamento em março de 1897, *op. cit.*, p. 117.

¹⁶⁵ ‘Os amigos do Sr. Prudente’, *O Nacional*, 15/02/1896, n. 144, capa.

¹⁶⁶ *Gazeta de Notícias*, 24/03/1896, Causas Políticas, capa.

¹⁶⁷ A moção e a imensa listagem de seus signatários encontram-se transcritas na *Gazeta de Notícias*, 24/03/1896, na matéria ‘Club Militar: A Moção’, capa.

¹⁶⁸ Cf. as cartas transcritas na seção provisória ‘Pela República’ da *Gazeta de Notícias*, 25 a 28/03/1896, capa.

¹⁶⁹ Agrício Camargo, ‘Deposição moral’, *O Nacional*, 24/03/1896, n. 154, capa.

O desgoverno, não apenas no sentido de governar mal, como já havia sido destacado por ‘Tiradentes’ e sequazes de Martyr, mas sobretudo na perda de controle da direção em que se encaminharia a República a partir deste crescimento inédito das atuações propagandistas dos restauradores, passou a ser destacado pelos ‘jacobinos’.

Na verdade, Prudente de Moraes entendia ser a propaganda jornalística restauradora útil na demonstração da estabilidade das instituições republicanas, como julgava que estas já se encontravam desde a vitória de Floriano sobre a revolta da Armada. Para o presidente, como se expressou a respeito da agitação em torno da moção dos militares na correspondência a Bernardino de Campos cujos extratos encimam este capítulo, o perigo residia nas ações dos “legalistas” que superestimavam o potencial de ação dos restauradores ao fazerem um alarde exagerado da propaganda restauradora para que prosseguissem com o mesmo prestígio e imprescindibilidade de antes.

Nesta época, alguns restauradores renomados e influentes, como o Visconde de Ouro Preto, labutavam pelo restabelecimento monárquico através de correspondências trocadas com monarquistas emigrados e com membros da família real, principalmente a Princesa Isabel, que mantinha um secretário encarregado de respondê-las. Para os ‘jacobinos’ a superestimação destas “maquinações” urdidas no país e no exterior constituía-se em um meio de demonstrar que os “patriotas legalistas” faziam-se ainda necessários na sustentação das instituições republicanas, pois, como aludiam, a intensificação da propaganda restauradora e a rede de contatos estabelecida entre os seus partidários possibilitavam a previsão de que um golpe de Estado pudesse ocorrer a qualquer momento.

O “monstro” da restauração era retratado em dimensões exageradas pelos ‘jacobinos’, o que fazia com que buscassem ampliar e intensificar os seus meios de ação e veículos de difusão de idéias, como já vinham procedendo desde meados de 1895, antes, portanto, da organização dos restauradores mais ativistas rebentar em São Paulo, entusiasmando rapidamente os co-partidários do Rio. Em um jogo de ação e reação, a cada avanço no tabuleiro político como efeito de uma nova jogada do adversário, os ‘jacobinos’ e os restauradores preparavam-se para o rebate, fortalecendo, ainda que ao pretender justamente o contrário, as posições de seus rivais. As notícias e os boatos alardeados numa tensa época de transição serviam como incitamento à reação dos jogadores.

Como ressaltado, a percepção de que falsos aderentes e monarquistas confessos começavam a ocupar espaços na esfera administrativa da gestão civil já se constituía em um motivo de críticas dos ‘jacobinos’ ao governo de Prudente, assim como os boatos de conspirações restauradoras em meados de 1895 estimularam-nos a uma movimentação mais organizada. De modo similar, os rumores, propalados inclusive por jornalistas republicanos moderados do quilate de Ferreira de Araújo, de que os ‘jacobinos’ moviam-se em direção a eminentes políticos, como Quintino Bocayuva, influenciando-lhes as atuações, agravados por afirmações como a de Francisco Glycerio em uma das últimas reuniões legislativas de 1895 de que o P.R.F. estava “jacobinizado”, contribuíram no impulso aos restauradores para a organização e ampliação de suas ações por temerem também uma restauração: a da “ditadura militar”, como alegavam ter sido o governo do Marechal Floriano Peixoto.

Desde o final de 1895 e ao longo de 1896, a plasticidade do qualificativo *jacobino* e do substantivo *jacobinismo* alcançou no uso pragmático de diversos contemporâneos o seu ponto máximo. Durante o período exacerbou-se a oposição a Prudente de Moraes oriunda de diversos focos: dos monarquistas que cada vez mais se tornavam “restauradores”; dos jacobinos que assim já se autodenominavam; dos “florianistas perfeitos” ou “republicanos puros” como se definiam os ‘Tiradentes’ mas que desde outubro aceitaram a alcunha de jacobinos; dos florianistas em geral e demais beneficiados pelo governo do Marechal, que cada vez mais se afeiçoaram em interesses aos ‘jacobinos’; dos militares e particularmente dos jovens da Escola Militar, alguns dos quais se aproximavam dos ‘jacobinos’; dos clérigos e jovens católicos que tendiam a ecoar o discurso dos restauradores; dos alunos acadêmicos, inclinados a se unirem aos restauradores ou aos ‘jacobinos’ e, sobretudo, dos integrantes da chamada “ala radical” do P.R.F. que hostilizavam cada vez mais publicamente o presidente eleito por este partido. O qualificativo *jacobino* passou a ser atirado aos mais variados indivíduos e grupos políticos que se opunham ao governo do presidente civil ou, de forma mais precisa, ao modo como estava sendo instalada a ordem civil na República brasileira. O valor simbólico depreciativo conferido ao termo era tão substancial que não tendo mais como vilipendiar Carlos Afonso de Assis Figueiredo, Ferreira de Araújo o chamou de “jacobino da restauração”.¹⁷⁰ Em

¹⁷⁰ Sua Excellencia o Sr Araújo, ‘Sua Excellencia o Sr Araújo’, *Gazeta de Noticias*, 15/01/1896, capa.

casos como este, era evidentemente com o sentido de “desordeiro”, “perturbador” e “intransigente”, e não de “radical republicano”, que o termo era acionado.

De maior efeito na época foi a atribuição do apodo aos integrantes do governo e aos membros do P.R.F., o que intensificava a percepção dos contemporâneos da frágil situação de Prudente na presidência e, sobretudo, a superestimação da influência dos ‘jacobinos’ – entenda-se os “legalistas de Floriano” – sobre alguns congressistas, supostamente já cooptados e aderentes às suas idéias. Diferentes membros do P.R.F., e na maioria das ocasiões divergentes em propostas e interesses, como o senador Quintino Bocayuva; o deputado Medeiros e Albuquerque; o líder do partido na Câmara, Francisco Glycerio, e o vice-presidente Manuel Victorino passaram a ser denominados de *jacobinos*.

A aproximação em relação aos ocupantes das cadeiras congressuais, como os ‘Tiradentes’ o fizeram na obtenção de apoio à organização do Partido Republicano Nacional, foi uma estratégia política de fato levada a efeito por estes agentes cujos partidários mais próximos começaram a perder os cargos e postos adquiridos e que sabiam que estavam sendo, durante a instalação da ordem civil, cada vez mais apeados do ponto mais próximo que haviam conseguido chegar do poder político. A aceitação desta aproximação por parte de alguns políticos ocorria menos por convergência de idéias do que pelo temor de caírem ‘nas desgraças’ destes aguerridos contemporâneos, como Quintino Bocayuva que consignou o seu apoio ao P.R.N. por esperar que o partido se constituísse em um suporte ao P.R.F., o que na verdade o senador sabia que dificilmente se realizaria enquanto o partido contasse com a sua base original, composta por alguns membros do Batalhão Tiradentes e integrantes de clubes republicanos radicais da Capital. Por outro lado, as visitas às redações dos jornais ‘jacobinos’ feitas por deputados, como Thimotheo da Costa, ou as contribuições em textos, como de Rangel Pestana, além de os colocarem ‘nas graças’ destes militantes, os mantinham em evidência, ainda que fosse temerário o posicionamento ao lado da fileira vista como mais “intolerante” e “intransigente” na época.

Justamente eram estas conotações de “intransigentes”, “radicais”, “agitadores” que eram acionadas ao ser atirada a designação de “jacobinos” a alguns parlamentares e o termo “jacobinismo” ao próprio Congresso. Segundo Ferreira de Araújo, a cisão entre Glycerio e Prudente em fins de 1895 ocorreu porque o primeiro queria que “o governo, ao tomar qualquer deliberação, levasse em conta o modo de ver dos jacobinos, relativamente

prestigiados por terem alguns d’elles prestado bons serviços na resistência à revolta”. Ao afirmar que Glycerio se declarou jacobino por oposição a Prudente, Ferreira de Araújo criticou o jogo de interesses na alta esfera administrativa, que estaria se sobrepondo aos princípios políticos e filiações partidárias. Ao alertar para tal “infiltração” do “jacobinismo” na culminância governamental, através do conluio entre jacobinos e congressistas, o jornalista denunciava a suposta abertura trabalhada para a reinstalação do militarismo.¹⁷¹

Tanto os ‘jacobinos’ como os restauradores constituíram-se em *focos polares de oposição* a Prudente de Moraes que muito desestabilizaram o ambiente político da época e obstaculizaram a implantação da ordem civil que o presidente queria conciliatória e apaziguadora para que pudesse ser duradoura. Algumas resoluções que emergiram diretamente do gabinete presidencial, como a ordem de baixa do corpo de alunos da Escola Naval aos aspirantes que usufruíssem o indulto de janeiro de 1895, bem como algumas que foram resultado de deliberações congressuais, como a concessão de anistia ampla aos civis mas restrita aos militares, davam margem a interpretações dicotômicas. Por medidas governamentais como estas Prudente colocava-se, como alertou o pseudônimo Juvenal Gavarni na sua série político-satírica, como um presidente “suspeitoso e suspetado dos radicaes” e “nem temido, nem respeitado pelos conspiradores da restauração”.¹⁷²

Bastante circunspeto na chefia do Executivo federal, Prudente de Moraes, apesar de conferenciar com diferentes chefes do partido que o elegeu antes de efetivar atos relevantes, ou talvez justamente por este motivo, acabava por demonstrar através de suas práticas um posicionamento ambíguo. Objetivando não desagradar aos seus governados, mormente os de opiniões polares, tentava adotar soluções moderadas, comedidas, cedendo assim a uns em uma ocasião e fazendo concessões aos algozes destes logo em seguida.

Justamente era esta postura equilibrada, acompanhada dos critérios equidistantes que utilizava na tomada de decisões ou no silêncio diante das agitações e gritos dos seus opositores, que o tornava hostil a jacobinos e a restauradores. Quando os seus opositores não viam ambigüidade em suas ações, julgavam estar frente ao pior: ao

¹⁷¹ *Gazeta de Noticias*, de 01/01/1896 a 09/01/1896, Série ‘A politica em 1895’, de I a IX, sempre na capa.

¹⁷² *Gazeta de Noticias*, 31/08/1895, Caricaturas Instantâneas por Juvenal Gavarni: I – Prudente e demorado, capa. Os retratos cômicos dos políticos abordados na série foram feitos pelo desenhista português Julião Machado. I. Lustosa informa que o redator dos textos era Lúcio de Mendonça, ‘O texto e o traço: a imagem de nossos primeiros presidentes através do humor e da caricatura’, in: J. Ferreira e L. N. Delgado (orgs.), *op. cit.*, pp. 287-312.

desgoverno, o que aumentava os seus receios e os fazia inflar, com suas movimentações e incisivas declarações, a insegurança do próprio Prudente na presidência.

Os desgoverno levaria, segundo a visão dos ‘jacobinos’, a que os “subversivos da República” finalmente concretizassem o seu intento: a restauração monárquica. Por outro lado, o desgoverno possibilitaria, de acordo com os restauradores, o retorno da ditadura militar supostamente tão aspirada pelos “radicais da República”. Os jacobinos não desejavam o restabelecimento monárquico, pois sabiam que estariam entre os primeiros a sofrerem retaliações, não fazendo, porém, alarde deste temor porque tencionavam justamente congregar o maior número de republicanos às suas idéias. Da parte dos restauradores, o receio de que fosse reinstalada a ditadura militar, como entendiam ter sido o governo de Floriano, era um argumento retórico de peso na atração de partidários porque as feridas causadas pela repressão florianista aos diversos insurgentes ainda estavam abertas, além da própria incerteza por muitos compartilhada de que a ordem civil pudesse se sustentar.

Prudente de Moraes evidentemente não planejava deixar brechas para a reinstalação de um governo militar, como pensavam os restauradores, e tampouco para o restabelecimento monárquico, como concebiam os ‘jacobinos’. Todavia, na prática ao nortear-se pela orientação conciliatória não tomou atitudes para frear a atuação tanto dos ‘jacobinos’ como a dos restauradores. Prudente sabia da existência das associações restauradoras, os “clubes” como se expressou. Ainda assim o presidente, embora legalmente o pudesse ordenar, não impediu o funcionamento destes e nem a abertura de novas associações. Prudente poderia decerto ter agido contra as agremiações monarquistas sem se desviar do código penal, que discorria ser crime de conspiração todo “concerto” de vinte ou mais pessoas propositado a tentar mudar a forma de governo estabelecida.

Mais embasado do que nos seus tão propalados escrúpulos constitucionais e legais, Prudente de Moraes não tomou medida alguma para impedir o funcionamento das associações monarquistas para que as atuações dos restauradores não caíssem novamente na clandestinidade. A marginalização das atividades restauradoras, além de deixar os seus partidários sem segurança diante de possíveis ataques de seus adversários, tornaria a ação destes ativistas menos suscetível à vigilância dos mecanismos oficiais de controle.

O mesmo se aplica à ausência de medidas de impedimento do novo governo em relação às atividades dos ‘jacobinos’, que se fortaleceram e intensificaram durante o segundo ano de mandato presidencial, como a fundação de clubes, a criação de jornais e a organização do P.R.N., embora a repreensão a estas composições fosse de mais difícil execução, pois a maioria em pouco ou nada violava as normas legais. Já em relação aos batalhões patrióticos, o governo civil continuou licenciando e dissolvendo-os, de modo que quase todos os pequenos e de criação mais recente desapareceram, contudo, manteve ileso o gigante das milícias cívicas, o Batalhão Tiradentes.

Bem ao seu estilo administrativo moderado, Prudente de Moraes calmamente permanecia observando a ‘liberdade supervisionada’ proporcionada por seu governo para a intensificação e crescimento das atividades de seus *focos polares de oposição* que cada vez mais arregimentavam adeptos para as causas e propósitos que defendiam. Ainda que estas ampliações dos seus respectivos leques de ações e atividades propagandistas fossem-lhes úteis em curto prazo, pois a cada dia os ‘jacobinos’ e os restauradores conseguiam mais adeptos para as suas fileiras e indireta e parcialmente pressionavam o governo a se encaminhar nesta ou naquela direção, dentro de pouco tempo os seus respectivos ativismos teriam que ser extirpados sob pena de não se implantar solidamente a ordem civil.

O ambiente social de inflamação dos sentimentos republicano e nacionalista facilitou a repressão aos restauradores. Em São Paulo, a efervescência motivada pela candente questão dos protocolos italianos, principalmente após os distúrbios de fins de agosto de 1896, contribuiu para o desenlace fatal às associações políticas, partido e imprensa restauradores. No dia 30 de outubro, uma escolta policial invadiu o sobrado onde funcionava o Centro Monarquista – recém criado pelo grupo “mendista” após a cisão dos restauradores de S. Paulo – e o Centro de Estudantes Monarchistas, tendo sido ambos fechados. As oficinas do jornal *Auctoridade*, estabelecidas no mesmo local, também foram interditadas. No dia seguinte, foi dissolvida uma reunião dos “pradistas” na casa de Augusto de Queiroz.¹⁷³

Nesta ocasião, intensificava a percepção dos republicanos acerca da “justiça” que começava a ser praticada o clima eufórico quanto às possibilidades de que o governo

¹⁷³ Na *Gazeta de Notícias*, ‘Centro Monarquista de S. Paulo’, 01/11/1896, p. 2 e ‘Habeas corpus dos monarchistas de S. Paulo’, 15/11/1896, capa. Para uma descrição minuciosa dos atos repressivos oficiais aos restauradores em São Paulo, Janotti, *op. cit.*, pp. 126-134.

seguisse um rumo progressista, e finalmente abandonasse o seu relapso comedimento, por estar sendo presidido interinamente pelo vice-presidente Manuel Victorino, substituto oficial de Prudente de Moraes desde 11 de novembro de 1896 por causa de sua demorada convalescença cirúrgica. Os republicanos de diversos matizes encararam com bons olhos a substituição, inclusive Deocleciano Martyr que tanto havia criticado o adesista Victorino.

Os primeiros dias de seu governo foram, contudo, vistos com certa suspeição, até por um moderado como o jornalista Ferreira de Araújo. Antes de tomar qualquer decisão, como a aceitação dos pedidos de exoneração dos quatro ministros que estavam em seus cargos desde o início do governo de Prudente, Victorino conferenciava com os chefes do P.R.F., como Glycerio e Quintino que na época era o mais cotado para a sucessão presidencial, e com o próprio Prudente ainda acamado. O temor de que tudo ficaria no mesmo marasmo foi desfeito com a nomeação dos novos ministros após os acordos com os líderes políticos paulistas. Na verdade, com estas concessões iniciais, Victorino trabalhava para a sua própria estabilidade na chefia do Executivo, pois era muito mal visto entre os colegas do partido, dos quais principalmente os deputados não escondiam a sua aversão por este haver se posicionado a favor da pacificação. Victorino também sabia que os orçamentos que pretendia para a sua gestão só seriam aprovados mediante o beneplácito de Glycerio, o líder da maioria na Câmara e mais influente dos chefes do P.R.F.

Apesar de se rejubilar com as “acertadas nomeações” de “leais republicanos” para postos públicos de destaque, logo Deocleciano Martyr mostrou a decepção diante dos rumores, propalados já em janeiro de 1897, de que Prudente reassumiria a presidência.¹⁷⁴ O ativista passou a concitar o Exército, a parcela republicana da Armada, a mocidade e os “republicanos extremados” a se unirem no impedimento à reassunção presidencial de Prudente. Martyr, porém, não encontrou adeptos para esta implícita conclamação golpista.

O fato de ter sido efetuada a reinstalação de Prudente de Moraes na presidência, no dia 4 de março, sem qualquer prévia comunicação oficial a Victorino e seu ministério, exacerbou o enfurecimento relativamente generalizado à ocasião em virtude da aceitação que seu vice vinha conquistando.¹⁷⁵ A partir de então, os incidentes político-sociais assumiram uma coloração mais turva aos olhos dos contemporâneos.

¹⁷⁴ ‘Que infelicidade!’, *O Jacobino*, 23/01/1897, n. 81, capa.

¹⁷⁵ ‘O sr. presidente da República’, *Gazeta de Notícias*, 04/03/1897, capa. ‘Infeliz Pátria!’, *O Jacobino*, 06/03/1897, n. 87, capa.

Diversos contemporâneos encontravam-se irritados com a reposição de Prudente na chefia do Executivo quando foi noticiado o fracasso da terceira expedição enviada a Canudos e a morte de seu comandante florianista, o Coronel Antonio Moreira César. Foi intensificada a percepção já difundida de que os restauradores davam amplo apoio e respaldo financeiro aos conselheiristas. Moreira César, até então pouco referenciado nas páginas de *O Jacobino*, rapidamente foi apresentado como o substituto moral de Floriano Peixoto, do qual, por estratégia retórica, os seus redatores afirmaram esperar a restituição do enérgico e forte governo militar no país. De modo similar ao trabalho memorialístico que os restauradores haviam empreendido em relação a Saldanha da Gama, o herói morto no campo de batalha por defender uma ‘causa justa’, Deocleciano Martyr e seus sequazes transformaram Moreira César em um mártir do dever, que agora passou a fazer parte de seu panteão de heróis patriotas, encabeçado por Floriano Peixoto.¹⁷⁶ Prudente de Moraes era visto como o grande protetor do plano restaurador urdido pelos “conselheiros” restauradores levado a efeito pelo “Conselheiro fanático” do sertão baiano.

Quando a notícia da morte de Moreira César propagou-se pela Capital, em 7 de março, os ânimos de seus habitantes já estavam exasperados. Era muito recente a descortesia de Prudente por ter reassumido a presidência sem prévio anúncio. Era de conhecimento nesta ocasião o processo movido pelo coronel Gentil José de Castro, proprietário dos jornais monarquistas *Liberdade* e *Gazeta da Tarde*, contra o periódico *República*, órgão do P.R.F., tendo o seu redator-chefe Alcindo Guanabara assumido a responsabilidade de responder em juízo pelas matérias publicadas e reafirmado as acusações feitas a Gentil, entre as quais a de haver enviado armas e munições aos conselheiristas. Vários integrantes do Clube Militar haviam se reunido na noite do dia 6, em cuja sessão, que tratou da derrota da terceira expedição, destacaram-se fluentes oradores florianistas e jacobinos, como Thomaz Cavalcanti, Carlos Costa e Costa Ferraz.¹⁷⁷

Neste clima de ebulição político-social, não houve qualquer contenção de furor por parte de republicanos e jacobinos que no próprio dia 7 aglomeraram-se na rua do Ouvidor, conclamando logo no início da tarde um *meeting* para acontecer no largo de S. Francisco. Entre estes republicanos de diversos matizes encontravam-se: Deocleciano

¹⁷⁶ Na edição de *O Jacobino*, de 13/03/1897, n. 88, publicada em poliantéia, em homenagem ao coronel florianista, na capa encontra-se a biografia militar e política de Moreira César.

¹⁷⁷ ‘No Club Militar’, *Gazeta de Noticias*, 07/03/1897, capa. Janotti, *op. cit.*, pp. 134-138.

Martyr e João Clapp, respectivamente presidente e vice-presidente do Club dos Jacobinos, e os parlamentares Thimotheo da Costa, João Cordeiro e Nilo Peçanha, havendo o último preparado uma moção para ser lida no largo e assinada pelos participantes. Tão intenso era o grau de agitação que o ajudante-general do Exército impediu a ocorrência do *meeting*.

O grupo contestador não se dissipou e ainda foi acrescido por outros indignados. Em um suposto ímpeto de desagravo, os manifestantes foram às tipografias e redações dos jornais *Gazeta da Tarde*, *Liberdade* e *O Apostolo*, destruindo os estabelecimentos e retirando os materiais encontrados nestes edifícios com os quais fizeram uma fogueira no largo de S. Francisco. Em seguida, dirigiram-se às redações de vários jornais, de cujas sacadas falaram os seus redatores principais e alguns congressistas conhecidos por seu florianismo: da *Republica*, discursaram Alcindo Guanabara, Belisário de Souza e Frederico Borges, ao passo que da *Cidade do Rio*, falaram Paula Ney e até o antiflorianista José do Patrocínio. Estimulados pela ardência dos discursos, os manifestantes rumaram à residência de Gentil de Castro, que por sorte estava em Petrópolis, tendo sido a sua casa invadida e depredada.

No mesmo dia 7, a capital de São Paulo também foi palco de manifestações, com a destruição da redação do jornal monarquista *Commercio de S. Paulo*, tendo como consequência a preventiva proteção policial à casa de João Mendes de Almeida.¹⁷⁸

No Rio de Janeiro, as agitações prosseguiram no dia seguinte. Houve uma reunião popular no Clube Militar pela manhã e um *meeting* no largo de S. Francisco à tarde, seguido das costumeiras orações inflamadas efetuadas por redatores e políticos das sacadas dos jornais. Gentil de Castro, Visconde de Ouro Preto e o filho deste, Carlos Afonso de Assis Figueiredo, retornaram de Petrópolis a fim de aferirem as ocorrências. Ao chegarem à cidade e tomarem conhecimento dos gritos de “mata os monarquistas” ecoados, os três ativistas resolveram regressar. Quando se encontravam no trem esperando a sua partida, foram atacados por um grupo de aproximadamente trinta homens. Após os insultos verbais e tiros trocados, Gentil de Castro foi atingido mortalmente, ao passo que Ouro Preto e seu filho conseguiram escapar e regressaram a Petrópolis. Os dez indivíduos indiciados como autores do crime foram mais tarde absolvidos.¹⁷⁹

¹⁷⁸ *Gazeta de Noticias*, 08/03/1897, capa.

¹⁷⁹ Janotti, *op. cit.*, pp. 134-143 e Queiroz, *op. cit.*, pp. 47-50.

Com o preço de tanta agressividade, foi desbaratada a atividade política e propagandista dos restauradores no Rio e também em São Paulo, onde já havia sido efetuada a repressão policial e oficial. Alguns líderes restauradores, com a apresentação de Gentil de Castro como o mais novo herói de seu panteão, ainda tentaram inutilmente restabelecer as atividades, mas a maioria dos militantes ficou atemorizada diante da situação de insegurança que Joaquim Nabuco descreveu como “terror jacobino”.¹⁸⁰

O ministro do Interior, Amaro Cavalcanti, ofereceu proteção aos monarquistas mais conhecidos, como o Visconde de Ouro Preto, João Alfredo e Joaquim Nabuco. Outros, como João Scaligero Maravalho, redator-chefe de *O Apostolo*, e Angelo Agostini, diretor e desenhista de *D. Quixote*, pediram proteção às autoridades policiais. Já Eduardo Prado, temendo pela sua vida em razão das perseguições que sofria pelas ruas de São Paulo, deixou o país rumo à Europa.

Em razão dos boatos de que haveria mais ataques a jornais da Capital, forças policiais postaram-se nos escritórios de *D. Quixote*, *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio* e até mesmo da explicitamente republicana *Gazeta de Noticias*.¹⁸¹

Toda a agitação que marcou os dias seguintes à notícia da morte de Moreira de César ocasionou também a certeza governamental de que a quarta expedição a Canudos, sob o comando do florianista General Arthur Oscar de Andrade Guimarães, deveria ser ainda mais organizada, estratégica, bem equipada e paramentada. No dia 10, Francisco da Cunha Borges Fortes, major assistente do ajudante-general, emitiu o edital de abertura de alistamento para o preenchimento dos claros nos corpos do Exército.

Ainda em março, pela primeira e única vez durante o governo de Prudente de Moraes, ocorreu o revigoramento, em número de integrantes e provimento de armamento, dos batalhões patrióticos.

¹⁸⁰ Assim Joaquim Nabuco descreveu a atmosfera político-social deste mês de março a André Rebouças: “Estamos outra vez neste desgraçado país sob o terror jacobino. Os monarquistas desapareceram da cidade para não se encontrarem com a masorca Tiradentes, com *les bandes de massacreurs* que lincharam o pobre Gentil de Castro no trem de Petrópolis. [...] A nossa condição aqui é esta: ao menor contratempo da República, a cada inépcia que ela comete, asneira que faz e lhe sai mal sucedida, soltam o grito de mata monarquista! E a rua do Ouvidor (hoje rua Moreira César!) enche-se de *sans culottes* prontos para qualquer ‘serviço’. Eis ao que reduziram o nosso país. De um povo honesto e sério que éramos tiraram essa escória sanguinária e epilética que hoje nos governa, dominando as ruas e impondo-se ao governo”. *Apud* Janotti, *op. cit.*, p. 147.

¹⁸¹ *Gazeta de Noticias*, edição de 09/03/1897 e seguintes, capa.

Alguns batalhões que haviam sido licenciados ou dissolvidos, como o Batalhão Acadêmico, conseguiram licença para se reorganizarem, sendo os seus antigos incorporados, assim como os novos voluntários, conclamados a se alistarem no Club Militar. Os membros do Partido Republicano Nacional decidiram constitui-lo em “legião armada para a defesa da República”, preenchendo os claros do Batalhão Tiradentes e formando com o excesso de contingente outras milícias cívicas. Batalhões patrióticos formados em outros Estados, como o Quinze de Novembro, do Pará, apresentaram-se às autoridades militares. Por outro lado, velhos membros da comissão organizadora do antigo Batalhão Francisco Glycerio resolveram uni-lo ao Treze de Março, chamando às armas os antigos integrantes e os demais republicanos ao alistamento.

O destaque coube, todavia, aos novos batalhões formados naquela circunstância com a finalidade específica de combaterem os insurretos de Canudos. O primeiro destes sugestivamente intitulava-se Batalhão Moreira César, cujas primeiras reuniões aconteceram no salão de *O Paiz*. Já nos escritórios da *Republica* e da *Cidade do Rio* foram dispostas as listas para a constituição do Batalhão Floriano Peixoto. Como se observa, os batalhões recém criados homenageavam com a sua intitulação homens ilustres da República, como nos casos do Batalhão Deodoro da Fonseca, Batalhão Arnaldo Roque, Batalhão Lauro Sodré e Batalhão Nilo Peçanha.¹⁸²

Logo, porém, os ‘jacobinos’ encontraram um outro motivo para atacar o governo de Prudente. No dia 26 de maio, os alunos militares opuseram-se ao cumprimento da ordem do novo ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, de retirada de dois milhões de cartuchos da Escola Militar – para que com essa carga fossem guarnecidas as fronteiras do Rio Grande do Sul com o Estado Oriental face à insurreição que ocorria no Uruguai – e ainda distribuíram entre si a munição. Em razão do pedido de reforços da parte do comandante da Escola Militar, General Girard, esta foi ocupada por tropas dos batalhões de infantaria e cavalaria.¹⁸³ No dia seguinte, o General Girard mandou executar a ordem do ministro da Guerra de prisão dos oficiais envolvidos nos atos de insubmissão, entre os quais o conhecido jacobino Capitão Servílio Gonçalves, e ordenou a abertura de instauração do processo. Dos 174 alunos arrolados pela comissão de

¹⁸² Estas informações encontram-se na série de matérias intituladas ‘Expedição’ da *Gazeta de Noticias* de 09/03/1897 em diante, sempre na capa.

¹⁸³ ‘Escola Militar’, *ibid.*, 27/05/1897, capa, na qual se encontra transcrito o boletim do Diário Oficial.

sindicância, 135 continuaram solidários aos colegas, entre os quais o filho do Marechal Floriano, e, assim, passíveis de desligamento.¹⁸⁴

A principal consequência da repressão aos alunos militares foi sentida no Congresso, ou melhor, no P.R.F., em cujo seio cada vez mais se salientavam os congressistas hostis ao presidente, precipitando o seu processo de divisão há muito anunciado. No dia 28, o deputado José Joaquim Seabra – baiano ex-monarquista que havia tomado partido a favor da esquadra rebelde quando da revolta da Armada – apresentou ao Congresso uma moção concitando à Câmara que formasse uma comissão para manifestar solidariedade ao presidente da República na rápida repressão ao ato de indisciplina dos alunos militares. Glycerio e muitos de seus seguidores, como todos os membros da bancada gaúcha, mostraram-se desfavoráveis à proposta de solidariedade a Prudente e infensos ao colega proponente da moção, rejeitando o requerimento por 84 votos a 60.¹⁸⁵

Imediatamente foi iniciada a cisão do P.R.F. com a renúncia de Arthur Rios à presidência da Câmara – que foi aceita por 79 a 71 votos – ao alegar solidariedade à bancada baiana que havia votado unanimemente a favor da moção. Aberta a eleição para a ocupação do cargo, os parlamentares mais moderados, ‘prudentistas’ por assim dizer, propuseram ao próprio Rios que se candidatasse para concorrer com Glycerio, que na prática era o líder da câmara, o conhecido aglutinador de votos.¹⁸⁶ No dia 30, a chamado dos dois segmentos discordantes, e com a missão político-pessoal de resolver a crise política que abalava o governo, Campos Salles, então governador de São Paulo, chegou ao Rio de Janeiro para conferenciar com os chefes partidários e com Prudente, não alcançando, todavia, o intento de harmonizar as partes divergentes.¹⁸⁷

Os deputados resolveram votar por bancada para a escolha do presidente da Câmara. Como os membros de muitas e numerosas bancadas, como a mineira, a baiana e a fluminense – neste último caso com exceção de Érico Coelho que se manteve fiel à atitude anterior – resolveram votar com o governo, ou seja, em Arthur Rios, não foi difícil a este

¹⁸⁴ ‘Escola Militar’, *ibid.*, 28/05 e 29/05/1897, capa.

¹⁸⁵ Queiroz, *op. cit.*, p. 56.

¹⁸⁶ *Gazeta de Notícias*, 01/07/1896, Questões do dia: os dois partidos, capa.

¹⁸⁷ ‘Dr. Campos Salles’, *ibid.*, 01/06/1897, capa.

adquirir de antemão a reeleição.¹⁸⁸ Com a vitória dos governistas, por 88 votos a 76, o P.R.F. se dividiu em duas frações diametralmente opostas.¹⁸⁹

Na convenção do P.R.F., em 22 de junho, ocorrida no recinto da Câmara, Glycerio ratificou o rompimento definitivo do P.R.F. e declarou-se em oposição ao governo.¹⁹⁰ Os parlamentares governistas ou prudentistas passaram a defender a sua posição embasados no “prestígio da autoridade”, ao passo que os oposicionistas ou gliceristas abrigaram-se à sombra do nome do Marechal Floriano Peixoto. Antes mesmo que o esfacelamento do partido fosse oficializado, Glycerio tentou retirar de si toda a responsabilidade que tivera nas deliberações de Prudente. Na sessão legislativa de 8 de junho estrategicamente afirmou não ter influenciado Prudente nos atos praticados em mais de dois anos de governo, alegando que o presidente teria se decidido a nunca ouvi-lo.¹⁹¹

Os ‘jacobinos’ poderiam ter aproveitado a ocasião para se aproximarem de Glycerio, que inclusive havia arregimentado para a oposição parlamentar a Prudente muitos dos deputados e senadores que estes militantes costumavam louvar por suas aludidas atitudes patrióticas. Mas não foi assim que procederam tanto os sequazes de Martyr como os ‘Tiradentes’, que fizeram outra opção de aproximação política.

¹⁸⁸ *Ibid.*, 02/06/1897, Questões do dia: a política, capa.

¹⁸⁹ *Ibid.*, 04/06/1897, Questões do dia: a vitória do governo e Boletim do Congresso: na Câmara, capa. Com Francisco Glycerio ficaram os congressistas explicitamente florianistas e os que demonstravam uma tendência mais ‘jacobina’ e/ou militarista – e que eram representantes de Estados menos influentes na ordem civil que a duras penas começava a ser sedimentada – como Thimotheo da Costa, Frederico Borges, Nilo Peçanha, Alexandre José Barbosa Lima, Quintino Bocayuva, Pinheiro Machado, Lauro Sodré, João Cordeiro, Ramiro Barcellos, Pedro Velho e Fernando Lobo. Muitos destes renunciaram aos cargos que possuíam nas comissões legislativas para seguirem os correligionários na oposição ao governo, sendo estas vagas imediatamente preenchidas pelos deputados governistas nomeados por Arthur Rios. Os parlamentares que se vincularam ou permaneceram ligados a Glycerio – dos três Estados sulinos, uma parcela da bancada paulista, uma parte dos representantes do Distrito Federal e de Estados nordestinos e nortistas com peso político relativamente pequeno – passaram a ser denominados de “Concentrados”. Os congressistas do outro grupo, prudentista ou governista – composto pelos representantes baianos, uma parcela da bancada paulista e outra do Estado do Rio de Janeiro e pela dos representantes de Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão – ficaram conhecidos como “Republicanos”. *Ibid.*, 05/06/1897, Questões do dia: a imprensa política, capa e edições seguintes.

¹⁹⁰ ‘A convenção’, *ibid.*, 23/06/1897, capa.

¹⁹¹ Na verdade, enraizava-se no seu ressentimento por não estar mais exercendo a mesma influência sobre Prudente de Moraes e os senadores o rompimento de Francisco Glycerio com o presidente civil. Já em 1896, em carta a Rodrigues Alves, então ministro da Fazenda, lamentou-se de que “no ano passado a maioria do Senado seguia a direção e os conselhos do líder da Câmara. Hoje a maioria só recebe o santo e a senha de Prudente”. Na ‘Carta aos paulistas’, publicada em *O Estado de S. Paulo* de 11 de julho de 1897, com o fim de explicar a cisão partidária, anunciou os motivos que o levaram à ruptura com Prudente e iniciou um sintomático eixo de críticas a este, pois “desde dezembro de 1894 nunca mais pude reatar, com o presidente, o fio dessa vida de combinações partidárias que são inseparáveis das situações políticas no sistema representativo. Ele entregou-se à discrição não somente dos áulicos que o cercavam, como também dos

Os ‘Tiradentes’ que eram membros do Partido Republicano Nacional, já nesta época heterogêneo em razão dos esforços de atração de figuras conhecidas, optaram por manter distância de Glycerio. O motivo alegado pelo diretório central do partido, nesta época composto por apenas dois ‘Tiradentes’, incidiu justamente na suspeição incitada pelo deputado que agora dizia não ter influenciado Pudente na tomada de atitudes governamentais. Como lembraram, todos sabiam que o governo de Prudente havia sofrido sérios embaraços criados por Glycerio, que agora ao fugir de suas responsabilidades tornava-se um elemento político suspeito. Mesmo um jornalista como Ferreira de Araújo elogiou a atitude dos líderes do P.R.N., ainda posicionado na arena política como o partido do florianismo, do radicalismo e da intransigência na defesa da República.¹⁹²

No manifesto explicativo dos integrantes do diretório central do P.R.N. – cujo presidente era o Almirante Jeronymo Gonçalves, o comandante da esquadra legal vitoriosa no combate à revolta da Armada – o P.R.F. foi apontado como o culpado pelo preterimento dos “republicanos puros e sinceros” feito em benefício dos descontentes do antigo regime que aderiram à República em troca de posições. Os chefes do P.R.N. aconselharam aos seus correligionários nacionalistas que prestigiassem e apoiassem moralmente os elementos radicais do P.R.F. que agora estavam separados dos “reacionários”.¹⁹³ De modo semelhante aos discursos do momento de criação e fundação do partido, os seus membros continuavam explicitando o ressentimento pela perda de influência e apeamento de posições durante a presidência civil, assim como a superestimação do “perigo” às instituições republicanas supostamente representado pela ameaça restauradora.

Numa ocasião em que nomes já eram cogitados para a candidatura ao próximo pleito presidencial de 1º de março de 1898, os diretores do P.R.N. manifestaram-se sobre seu provável candidato. Apesar de elogiarem o curto período da gestão de Manuel Victorino, os chefes partidários posicionaram-se favoravelmente à candidatura de Júlio de Castilhos, deixando Ferreira de Araújo um tanto decepcionado com tal opção.¹⁹⁴

homens que se haviam insurgido, com armas ou com outros recursos de guerra contra a permanência do poder constituído e representado pelo Marechal Floriano”. *Apud* Queiroz, *op. cit.*, p. 55.

¹⁹² *Gazeta de Notícias*, 17/06/1897, Questões do dia: o Partido Nacional, capa.

¹⁹³ ‘Partido Republicano Nacional: o directorio central aos seus associados’, *apud* *Gazeta de Notícias*, 19/06/1897, p. 2. Eram integrantes do diretório central nesta época: almirante Jeronymo F. Gonçalves; engenheiro Martiniano Brandão; Dr. Carlos Costa; Lindolpho Azevedo (ainda como secretário); Dr. Antonio José de Siqueira; Padre Dr. José Maria da Trindade e João Zeferino Rangel de S. Paio.

¹⁹⁴ *Gazeta de Notícias*, 21/06/1897, Causas Políticas, capa.

Os líderes do P.R.N. não fizeram mais do que apoiar um político ao qual os ‘Tiradentes’ nunca regatearam elogios e que estava alcançando, nestas circunstâncias de crise política oriunda da cisão do partido governamental, substancial popularidade.

Na sessão do Club Militar de 09 de junho para a eleição de sua nova diretoria, por assentimento dos mais de trezentos oficiais presentes, Júlio de Castilhos, General honorário do Exército e governador do Rio Grande do Sul, e o Almirante Jeronymo Gonçalves, o comandante legalista e agora presidente do P.R.N., foram aclamados presidentes honorários desta importante associação militar e política.

Deocleciano Martyr não se manteve inerte à corrente de homenagens a Júlio de Castilhos e apoio ao possível lançamento de sua candidatura à presidência. Na sessão de 20 de junho do Club dos Jacobinos, em que estiveram presentes mais de quinhentos sócios, foram eleitos e reeleitos os membros de sua diretoria.¹⁹⁵ Martyr, reeleito presidente, ficou incumbido de redigir a mensagem de comunicação a Júlio de Castilhos de sua aclamação ao cargo de presidente honorário desta associação política. Na mensagem, em nome dos jacobinos, Martyr afirmou esperar de Júlio de Castilhos a inauguração do único ideal que considerava capaz de salvar os destinos pátrios naquele momento: a ditadura.¹⁹⁶

Deste modo, Martyr evidenciou que desejava que Júlio de Castilhos alcançasse a culminância política, mas como ditador e não propriamente como presidente eleito. Estava fechada a defesa que começou a esboçar desde o final do ano anterior da necessidade de implantação da ditadura militar no país. Este foi um dos motivos de seu mais recente afastamento dos ‘Tiradentes’ que cada vez mais acreditavam na eficácia do sistema representativo, tanto que desde agosto de 1895 esforçaram-se na criação do P.R.N. Aparentemente, Martyr foi convidado a ingressar nas fileiras deste partido, não aceitando e passando a criticar os seus integrantes pelo fato do partido buscar a adesão de indivíduos indiferentes ao nativismo.¹⁹⁷ Na prática, todavia, a propalada descrença de Martyr dos

¹⁹⁵ ‘Club dos Jacobinos’, *O Jacobino*, 25/06/1897, n. 103, capa. Assim ficou constituída a diretoria do clube: Deocleciano Martyr, presidente; João Clapp, vice-presidente; Umbelino Pacheco, diretor-fiscal; Eduardo Magalhães, secretário; Henrique Mendes, sub-secretário; Carlos Serzedello, procurador; Álvaro Teixeira, porta-bandeira e Américo Barboza, bibliotecário.

¹⁹⁶ ‘Mensagem do Club dos Jacobinos enviada ao eminente presidente do estado do Rio Grande do Sul’, *ibid.*, 29/06/1897, n. 104, p. 4.

¹⁹⁷ Cf. em *O Jacobino*, para as contestações de Martyr aos procedimentos dos fundadores do P.R.N. e às opiniões emitidas por seus membros, principalmente às idéias de Samuel Porto, ‘Nacionalismo’, 03/10/1896, n. 65, capa; ‘Sejamos francos!’, 10/10/1896, n. 66, capa e ‘Quanta calúnia!’, 17/10/1896, n. 67, capa.

mecanismos representativos não o impediu de novamente candidatar-se em vão a um cargo para intendente municipal pelo segundo distrito no pleito de fins de dezembro de 1896.

Desde a propagação das notícias do possível retorno de Prudente e mormente após a sua reinstalação na chefia do Executivo e das agitações, das quais tomou parte, subseqüentes à notícia da morte de Moreira César, Deocleciano Martyr cada vez mais passou a falar em vindita nacional, concitando à mocidade republicana e aos militares a empunharem as armas em prol da República e da alegada dignidade das forças armadas.¹⁹⁸

Aos jovens voluntários de todos os batalhões patrióticos, principalmente do Batalhão Tiradentes e do Batalhão Acadêmico, fez um chamamento especial: deveriam estar a postos para tomar as suas trincheiras na hora em que soasse o clarim de destituição do presidente da República.¹⁹⁹

Eram claros os seus incitamentos a um golpe de Estado que, da parte dos voluntários e ex-voluntários dos batalhões, não foi ouvido, pois o próprio Martyr muito havia se esforçado em afastar-se deles nos últimos meses, dirigindo-se a estes somente nestas ocasiões em que seus ‘serviços’ poderiam lhes ser úteis.

Logo, porém, Martyr encontrou o indivíduo perfeito para aliciar aos seus planos conspiratórios. Na redação de *O Jacobino*, que continuava funcionando como ponto de encontro de correligionários e de militares apesar do fim da publicação do periódico, em fins de agosto, o ativista recebeu um visitante que lhe seria muito proveitoso: Marcellino Bispo de Mello, um anseçada do Exército, de vinte e dois anos, natural de Alagoas, que havia sentado praça em um batalhão de Pernambuco no início do ano anterior.²⁰⁰

O jovem militar leitor assíduo do jornal de Martyr, que a este cultuava quase que como ao Marechal Floriano, constituiu-se na grande isca fisgada pelo líder jacobino para o seu plano de retirar Prudente do poder à custa de um ato criminoso. Facilmente, o jovem deixou-se guiar pelo palavreado fácil de Martyr, cuja linguagem escrita já o inebriava, que habilmente lhe dizia que Prudente utilizava-se do movimento de Canudos

¹⁹⁸ Cf. em *O Jacobino*, ‘Às armas, Brasileiros!’, 20/02/1897, n. 85, p. 2; ‘Infeliz Pátria!’, 06/03/1897, n. 87, capa; ‘Mais um heroe morto!’, 13/03/1897, n. 88, p. 3; editorial sem título e ‘Está tudo errado!’, 27/03/1897, n. 90, capa e p. 2 e ‘República ou morte!’, 10/04/1897, n. 92, capa.

¹⁹⁹ ‘Aos patriotas’, *ibid.*, 08/05/1897, n. 96, capa.

²⁰⁰ Definição de “anseçada” segundo o *Novíssimo dicionário da língua portuguesa ilustrado*, de Alpheu Tersariol: “antigo posto militar acima de soldado, e sob as ordens de cabo”.

para restabelecer a monarquia, que o presidente perseguia os militares em geral, todos os florianistas e inclusive os alagoanos, como ele, Marcellino, e o falecido Marechal Floriano.

Entretanto, Marcellino Bispo era apenas a ponta da lança, o rosto assassino que meses depois apareceu estampado nas capas dos jornais, enfim, a figura mais aparente e que mais foi cravejada de um plano urdido por Deocleciano Martyr e muitos outros jogadores políticos opositoristas a Prudente de Moraes, inclusive eminentes figuras oficiais, como Francisco Glycerio e Manuel Victorino Pereira. Foi no próprio recinto da Câmara dos Deputados que Martyr conferenciou pela primeira vez com Glycerio, o líder da oposição parlamentar ao governo. Por duas vezes Martyr conversou com o vice-presidente da República no salão do Senado, que lhe pediu que escrevesse uma carta sobre o andamento da conspiração, documento este que o maquinador redigiu sobre a mesa do jacobino Capitão Servílio Gonçalves, no 1º Regimento de Cavalaria.

Apesar do livre trânsito de Deocleciano Martyr nos recintos oficiais para as confabulações, era na sala de redação de seu jornal e na farmácia de Umbelino Pacheco, Capitão reformado da Brigada Policial e diretor-fiscal do Club dos Jacobinos, que ocorriam as reuniões da comissão encarregada do planejamento tático do atentado à vida do presidente da República. Altos políticos do governo, como deputados e senadores, faziam parte desta comissão ou participavam destas sessões. O deputado Irineu Machado, por exemplo, forneceu o dinheiro pedido por Martyr para a compra da arma do crime, que foi adquirida por José de Souza Velloso e entregue a Marcellino Bispo. O deputado João Cordeiro foi um dos primeiros a aprovar a eliminação física de Prudente como solução para a tensa situação política do país e o primeiro a ler a carta de Martyr escrita a Manuel Victorino sobre a conspiração. O deputado Alexandre José Barbosa Lima antecipou-se na aprovação do primeiro plano urdido.

Outros projetos atentatórios a Prudente foram tramados por outros agentes sociais de forma paralela e independente a este maquinado sob a liderança de Deocleciano Martyr, que foi o único a chegar a ser posto em prática. Na verdade, a arma deveria ter sido disparada por Marcellino Bispo desde setembro em diversas ocasiões em que Prudente viera a público, como na parada do dia da Independência, mas o jovem aliciado por Martyr nada via ou simplesmente hesitava.²⁰¹

²⁰¹ Sobre os detalhes desta conspiração atentatória à vida de Prudente de Moraes, Queiroz, *op. cit.*, pp. 64-72.

No dia 5 de novembro, na cerimônia de recepção ao desembarque do General Silva Barbosa e de dois batalhões vindos da Bahia que haviam participado da expedição vitoriosa a Canudos, ao cruzar o pátio do Arsenal de Guerra, Prudente de Moraes foi alvejado por Marcellino Bispo. Ao apertar o gatilho direito que estava sem munição da garrucha de dois canos Marcellino, além de não atingir Prudente, ainda deu tempo a que o presidente pudesse abandonar o local. Na agitação subsequente ao disparo sem munição, o anspeçada deu quatro facadas no ministro da Guerra, Marechal Carlos Machado Bittencourt, que faleceu dez minutos depois e ainda feriu no abdômen o Coronel Luiz Mendes de Moraes.²⁰² Sem que ainda o soubessem, os jacobinos estavam fadados à saída do cenário político com este atentado frustrado e o assassinato de um chefe de ministério.

Prudente de Moraes fez questão de comparecer ao velório residencial do ministro assassinado e ao enterro que ocorreu no dia seguinte. Este sepultamento foi transformado em dupla apoteose: ao ministro morto e ao presidente vivo. Quando se retirava do cemitério, Prudente foi brindado com uma resplendorosa ovação e no portão as pessoas atiravam-se sobre o presidente até então bastante desprestigiado.²⁰³ O atentado frustrado à sua vida fez com que o descrédito se convertesse em popularidade, que a partir de então Prudente manteve praticamente constante até a entrega do cargo presidencial ao seu sucessor. Sem o pretender, Martyr e os demais conspiradores possibilitaram ao presidente antes tão hostilizado um índice de aprovação inesperado. Durante o restante do mês de novembro, Prudente de Moraes recebeu cartas, cartões, telegramas, ofícios e pessoas de diversos pontos do país que o saudavam por ter escapado vivo do atentado e davam-lhes os pêsames pela morte de seu ministro da Guerra.²⁰⁴

A indignação diante da mão assassina do anspeçada e da trama dos conspiradores tomou conta de uma parcela dos habitantes da Capital. Na madrugada do dia 6, em desagravo, as tipografias de *O Jacobino*, *República* e *Folha da Tarde* – tendo este último jornal há poucos meses iniciado a sua oposição sistemática a Prudente – foram atacadas e os seus bens danificados, ao passo que *O Paiz* foi defendido pelos próprios funcionários. Pela manhã, em frente à Câmara, foram dados “vivas” a Prudente e “morras” a Glycerio e ao P.R.F. O deputado prudentista José Joaquim Seabra tentou acalmar a

²⁰² ‘O attentado’, *Gazeta de Noticias*, 06/11/1897, capa.

²⁰³ ‘O attentado’, *ibid.*, 07/11/1897, capa.

²⁰⁴ ‘O attentado: manifestações’, *ibid.*, de 08/11/1897 em diante, sempre na capa.

multidão dizendo que o jacobinismo seria extirpado. A residência de Victorino, a seu pedido, passou a ser guardada por uma força da brigada policial. Enquanto as romarias eram feitas ao palácio do governo para felicitar o presidente, que atraía cada vez mais simpatizantes, a rua do Ouvidor era palco de motins e agitações. Tal era o estado de ebulição que os membros da maioria governamental da Câmara decidiram conceder o estado de sítio caso este fosse pedido.

Neste mesmo dia 7, os primeiros conspiradores foram presos: o capitão honorário Deocleciano Martyr, o deputado Medeiros e Albuquerque e o capitão honorário Joaquim Freire.²⁰⁵

No dia seguinte, Prudente de Moraes enviou a mensagem ao Congresso solicitando a declaração do estado de sítio. Aprovado pela Câmara a 11 e pelo Senado a 12 de novembro foi assinado pela primeira vez pelo primeiro presidente civil um decreto de estado de sítio para o Distrito Federal e a comarca de Niterói a vigorar por trinta dias. Por sucessivas prorrogações, assim Prudente de Moraes governou até 23 de fevereiro do ano subsequente.²⁰⁶ No mesmo dia em que o presidente e o ministro da Justiça e Interior sancionaram este decreto o plano de fuga da prisão de Deocleciano Martyr foi descoberto. O Coronel Travassos percebeu que o aliciador de Marcellino tramava para escapar com Joaquim Freire do quartel da brigada policial ao iludir os vigilantes.²⁰⁷

Inicialmente, Deocleciano Martyr negou a sua participação, mas nos depoimentos posteriores não apenas confessou o seu crime como delatou um a um todos os envolvidos no plano atentatório à vida do presidente da República.

Antevendo as conseqüências de sua sintonia e da participação de outros parlamentares do P.R.F. nos atos conspiratórios, o general Francisco Glycerio tentou salvar a fração oposicionista do partido. No dia 8, publicou no jornal *A Nação*, de São Paulo, logo reproduzido por *A Notícia*, do Rio, um manifesto assinado por ele e outros integrantes do partido em que inutilmente aconselhava aos correligionários que se mantivessem firmes e que não se preocupassem com as injúrias atiradas ao partido.²⁰⁸

²⁰⁵ 'A imprensa', 'As arruaças' e 'O atentado', *ibid.*, 08/11/1897, capa.

²⁰⁶ Na *Gazeta de Notícias*, 'O atentado: na Câmara – o estado de sítio', 09, 10, 11 e 12/11/1897, capa e 'Estado de sítio', 13/11/1897, capa.

²⁰⁷ 'Tentativa de evasão', *ibid.*, 13/11/1897, capa.

²⁰⁸ *Ibid.*, 10/11/1897, capa.

Todavia, para os parlamentares oposicionistas não havia mais como manter a firmeza de suas hostilidades e a criação de percalços para a aprovação de projetos e decretos. Pela primeira vez e já no último ano de seu mandato, finalmente Prudente pode contar com uma maioria estável e relativamente fixa no parlamento. Ainda que apenas por um quarto de mandato, a primeira presidência civil conviveu com a tão planejada e esperada harmonia entre Executivo e Legislativo.

Por outro lado, as punições com o desterro, principalmente para Fernando de Noronha, e a prisão dos implicados no atentado, ainda que não comprovadamente culpados, possibilitaram a Prudente o desbaratamento do maior foco de oposição não congressional ao seu governo e à sua pessoa como estadista. A vigência durante meses do estado de sítio possibilitou ao governo civil pela primeira vez eclipsar as manifestações nas vias públicas e silenciar os jornais potencialmente incendiários. O presidente já popularizado pelo atentado frustrado não seria mais alvo de críticas acerbas, pois ainda que estas ousassem aparecer seriam facilmente caladas. Foi neste ambiente que foi eleito o seu sucessor, o também paulista Manuel Ferraz de Campos Salles, a 1º de março de 1898.

Em relação aos indiciados no atentado ao presidente, os inquéritos e processos foram executados sob segredo de justiça. Além das medidas punitivas de expediente, já em novembro foram cassadas as honras militares conferidas em diferentes momentos do ano de 1894 aos ex-voluntários e apoiadores de Floriano implicados na conspiração, como as de Deocleciano Martyr, Benjamin Constant Filho, Alcindo Guanabara e Joaquim Augusto Freire. A condenação de Martyr e de alguns dos acusados significou não apenas a punição pelo seu crime de conspiração, porém principalmente a dissolução da própria atuação política dos jacobinos, quer fossem seus acólitos ou não, pois o proeminente jacobino deslegitimou a oposição jacobina a Prudente ao desviá-la do terreno da legalidade.

A 24 de fevereiro de 1898, Marcellino Bispo foi encontrado morto com pesos amarrados aos pés. Não obstante a declaração oficial ter atestado morte por enforcamento, os rumores de que ele havia sido assassinado calaram os possíveis oposicionistas menos ilustres, apesar de alguns deputados, como Galeão Carvalhal, terem advertido que o governo providenciara a sua morte para que este não fizesse declarações comprometedoras. Estas advertências e as denúncias sobre os excessos de torturas a que eram submetidos os implicados detidos não tinham, contudo, força e ouvidos suficientes para desestabilizarem

o presidente civil. Para os que acreditavam nestas acusações, elas acabaram dando o toque de recolher a possíveis defesas de opiniões políticas radicais. Por outro lado, o próprio fato de Prudente de Moraes ser justamente um civil, de condutas moderadas e procedimentos comedidos, obstava parcialmente a que estes rumores ganhassem foros de verdade.

Os parlamentares e o vice-presidente, assim que incluídos nos inquéritos, trataram de protestar inocência. No caso dos primeiros, entre os que não foram detidos, alguns, como Irineu Machado, deixaram de comparecer às sessões do Congresso e outros, como Torquato Moreira, do Espírito Santo, retornaram aos seus Estados natais, para fugir às punições e à sanha dos indignados nas ruas da Capital. No Congresso, a ‘ala’ dos antigos ‘radicais’ do P.R.F. ficou combalida. Durante o ano seguinte, inusitadamente, todos os depoentes arrolados nos inquéritos, a começar por Martyr, desmentiram-se, alegando coação sofrida, sob a forma de ameaças e torturas, antes de seus depoimentos.

Para os jacobinos o golpe foi duro, tanto que nunca mais se arregimentaram ou congregaram. Principalmente para os ‘originais’, ou seja, os que haviam se incorporado a algum batalhão patriótico, desfazia-se qualquer vestígio de esperança de que pudessem voltar a auferir ou manter as suas vantagens corporativas. Não havia mais porquê e como lutar pela conservação dos batalhões, pois os que haviam sido criados recentemente ou reorganizados para combaterem na Bahia foram dissolvidos após a vitória da quarta expedição sobre o movimento de Canudos. A 29 de novembro foi dissolvido o gigante dos batalhões patrióticos, a idolatrada sementeira de idéias onde alguns jovens patriotas decidiram criar um jornal para defender suas opiniões políticas e interesses corporativos. Através do cumprimento do aviso emitido pelo novo ministro da Guerra, em que revogava as disposições da concessão de 1891, foi extinto o Batalhão Tiradentes.²⁰⁹

O atentado frustrado à sua vida possibilitou a Prudente de Moraes alcançar um índice de popularidade e aceitação que até então não havia usufruído e ao mesmo tempo conquistar um espaço de atuação relativamente livre de impedimentos endógenos e exógenos ao seu governo, principalmente nos meses em que administrou sob a vigência do estado de sítio. A suspensão das garantias constitucionais trouxe como consequência principal o auto-silêncio da imprensa oposicionista, a auto-abstenção de reunião de republicanos oposicionistas e ainda permitiu o fechamento do Club Militar, o que calou

²⁰⁹ ‘Batalhão Tiradentes’, *ibid.*, 30/11/1894, capa.

momentaneamente os militares que costumavam reclamar contra o modo como estava sendo implementada a ordem civil. Como mencionado, muitos restauradores já haviam abandonado o país e os que ficaram desde março já não mais se manifestavam. Outros agentes e grupos sociais, como os trabalhadores, os religiosos católicos e a mocidade estudantil e acadêmica, também tiveram que diminuir o ímpeto de suas propagandas políticas. O desfecho mais trágico, todavia, foi mesmo para os jacobinos, e não apenas para os que amargaram anos de detenção. Não havia mais circunstância histórica e nem audiência para as exposições das mesmas propostas, tanto que os que voltaram à arena política nos anos seguintes passaram a levantar outros princípios e defender outras propostas. Com a eleição de Campos Salles, evidenciou-se a estabilização da ordem civil. Não havia mais necessidade de um número substancial de batalhões patrióticos, momentos propícios a que os alunos da Escola Militar saíssem às ruas ecoando as suas opiniões e circunstâncias em que jovens civis e alunos acadêmicos pegassem em armas para combater revoltas. A inauguração deste novo ambiente político-social não significou evidentemente que não houvesse mais oposição ao primeiro presidente civil. Ainda havia, mas agora os seus opositores não encontravam mais a mesma aceitação, tolerância e capacidade de desestabilizar a posição de Prudente. Finalmente, em seu último ano de mandato, interna e externamente aos recintos governamentais, Prudente de Moraes livrou-se das pressões, de modo que com mais espaço de ação e com menos premências a atender, pôde eleger o seu sucessor, terminar o seu exercício com a manutenção das garantias constitucionais, esquivando-se a intervir nos Estados, possibilitando assim o início das composições de alianças e acordos políticos com os líderes regionais e chefes locais que deram a tonalidade estrutural da Primeira República.

Pelas considerações feitas sobre a atuação política dos jacobinos neste capítulo e no anterior, ou seja, pela distinção analítica de seu oposicionismo em dois momentos, conclui-se que mais do que como meros saudosistas florianistas ou meros desordeiros, os jacobinos tornaram-se opositores ao governo Prudente de Moraes porque se ressentiam pela perda das vantagens adquiridas, cientes de que estavam sendo apeados do ponto mais próximo que até então haviam alcançado do poder, além de temerem o restabelecimento monárquico que os destituiria de vez das posições conquistadas.

Os jacobinos mostraram-se infensos à solidificação da ordem civil porque esta lhes era particularmente hostil, às corporações a que pertenciam ou haviam pertencido, os batalhões patrióticos, e ao Exército ao qual defendiam inclusive por se julgarem o *alter ego* dos militares de terra. Antes do início do governo de Prudente, os jacobinos acreditavam que este, mesmo sendo um civil, na presidência seria o herdeiro político do Marechal Floriano Peixoto. Ao serem colocadas em prática as suas primeiras deliberações relacionadas às forças armadas e aos batalhões patrióticos, os jacobinos tornaram-se elementos da oposição ao se certificarem de que a situação beligerante e militarista deixada pelo Marechal Floriano começava a ser desmoronada. Neste primeiro momento de oposição a Prudente, durante o primeiro semestre da presidência civil, ou até junho de 1895, os jacobinos batalharam pela defesa de seus interesses corporativos.

Com a efetivação de algumas medidas norteadas pela orientação conciliatória, já seguida desde o início pelo governo, que beneficiavam os portugueses – no caso o restabelecimento de relações diplomáticas com Portugal –, os sublevados federalistas e os ex-revoltosos da Armada – no caso a pacificação do Sul e o decreto de anistia –, indivíduos estes que viam genericamente como monarquistas, os ‘jacobinos’ iniciaram a construção de um segundo mote de críticas a Prudente. Em seu segundo momento de oposição, especialmente após a intensificação inédita da atuação política e da atividade propagandista dos restauradores, os jacobinos passaram a se opor a Prudente porque julgavam que este se afinava com os monarquistas ou “sebastianistas”. Neste segundo momento, verifica-se como os jacobinos estavam imbuídos do antimonarquismo que já os embasava, manifesto agora pelo medo da mudança, ou seja, pelo temor da modificação dos beneficiados e depositários do poder e, conseqüentemente, da suplantação de sua própria atuação política. Estes atores não deixavam de defender interesses específicos neste segundo momento de oposição a Prudente pois agora lutavam pelo poder político. Face ao prosseguimento da diretriz conciliatória do governo civil, os dois grupos de ‘jacobinos’ fizeram opções estratégicas diferentes. Os ‘Tiradentes’ prosseguiram com o esforço de arregimentação de ilustres e divulgação da plataforma do Partido Republicano Nacional, ao passo que Martyr concitou o Exército e os voluntários dos batalhões a um golpe de Estado, o que não foi atendido, e logo a seguir uniu-se a alguns de seus partidários, alguns congressistas e alguns militares para a maquinação do atentado à vida do presidente civil.

Portanto, os ‘jacobinos’ devem ser identificados como agentes sociais que se imiscuíram nas relações conflituosas de poder e pelo poder durante a conjuntura de transição entre a segunda presidência militar e a primeira presidência civil brasileira. Tratavam-se estes ex-voluntários legalistas de atores históricos que, como outros indivíduos e grupos sociais, lutavam por seu quinhão opinativo, participativo e auferível durante o tenso início de instalação da ordem civil na jovem República.

Como se demonstrou, os ‘jacobinos’ influíram bastante no agravamento desta tensão e na intensificação da insegurança da própria posição de Prudente na presidência da República. Todavia, não somente eles assim procederam, como também os restauradores e muitos políticos que integravam o próprio governo, como os congressistas do partido pelo qual Prudente havia sido eleito. Tratavam-se de diferentes focos de oposição a Prudente, e de críticas às suas resoluções e irresoluções, que se orientavam por interpretações conjunturais e propósitos peculiares. É neste sentido que devem ser compreendidos tanto os jacobinos como atores históricos como a sua atividade política e a sua atuação oposicionista a Prudente: os discursos e as ações políticas dos jacobinos eram informados pelas interpretações que construíam para os acontecimentos político-conjunturais que lhes pareciam hostis e norteados pela defesa de seus interesses corporativos e exclusivistas.

Pragmáticos, os ‘jacobinos’ preocupavam-se com as causas e conseqüências *ad hoc* das decisões governamentais, principalmente das que atingiam os seus correligionários, as forças militares regulares e os batalhões patrióticos. Os jacobinos estavam tão imersos e informados pelo contexto histórico vivenciado que as suas atuações e propostas só fizeram sentido e puderam ser manifestadas empiricamente nesta conjuntura de transição. Não foi o caso, mas ainda que o pretendessem, os jacobinos não poderiam mais defender os seus interesses corporativos e apresentar as suas propostas particulares após a solidificação político-institucional operada pelo governo do sucessor de Prudente de Moraes.

Todavia, não foi pela ótica da inserção conjuntural que boa parte dos trabalhos historiográficos apresentou os jacobinos e tampouco por via da análise de seu discurso, de suas proposições e de suas performances como um conjunto de atividades a caracterizar um grupo político em uma delimitação histórica específica. Por outro lado, ao destinar-se o olhar sobre esta conjuntura de transição entre a presidência militar e a civil o panorama não é muito diferente. Se os jacobinos foram apresentados pelos analistas ora como

inconscientes, ora como inconsistentes, ora submissos, ou seja, sempre pela via da carência de algo, da ausência, da desvalorização e da subestimação, não diferem muito as definições historiográficas acerca da conjuntura em que estiveram imersos. Pouco se esclareceu até os dias de hoje sobre o governo situado entre o do ‘salvador’ da República e o do instaurador da ‘ordem oligárquica’ ou ‘política dos governadores’. Pouco se atentou aos legados que Prudente recebeu do primeiro e ao caminho que preparou para o segundo. Esta conjuntura foi identificada como apenas mais um momento caótico nesta primeira década republicana, para alguns analistas, praticamente perdida. É por este motivo que no próximo capítulo será tecido um breve debate historiográfico sobre os jacobinos e a sua atuação política tendo como pano de fundo as propostas gerais destes militantes para a jovem República e a análise desta conjuntura de transição no regime republicano ainda em sua fase inicial, na qual os jacobinos se inseriram e sobre a qual buscaram influir.